

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DE MARABÁ

EDILSON DA SILVA GONDIM

SINDICALISMO E NEOLIBERALISMO: O CASO DO SINDICATO METABASE CARAJÁS APÓS A PRIVATIZAÇÃO DA VALE S/A

EDILSON DA SILVA GONDIM

SINDICALISMO E NEOLIBERALISMO: O CASO DO SINDICATO METABASE CARAJÁS APÓS A PRIVATIZAÇÃO DA VALE S/A

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Ciências Sociais de Marabá/ Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, para a obtenção do grau em Bacharelado e Licenciatura Plena em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Msc. José Wandeley Padilha

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA

Gondim, Edilson da Silva

Sindicalismo e neoliberalismo: o caso do Sindicato Metabase Carajás após a privatização da Vale S/A / Edilson da Silva Gondim; orientador, José Wandeley Padilha. — 2015.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais, Marabá, 2015.

1. Sindicalismo - Pará. 2. Sindicatos - Pará. 3. Neoliberalismo - Brasil. 4. Mineiros (Profissão). 5. Vale (Firma). 6. Privatização. I. Padilha, José Wandeley, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 331.88098115

EDILSON DA SILVA GONDIM

SINDICALISMO E NEOLIBERALISMO: O CASO DO SINDICATO METABASE CARAJÁS APÓS A PRIVATIZAÇÃO DA VALE.

of. Mcs. Raimundo Wanderley	y C. Padilh
(Orientador e Presidente da l	Banca)
ICH/UNIFESSPA	
(Examinador Interno - UNIFI	ESSPA)
Prof ^a . Mcsa. Rosemayre Lima	Bezerra
(Examinadora Externa)

Conceito:

Data da aprovação:

Dedico à Maria Luiza e Tarcísio Gondim Em memória de Lorena Lima

AGRADECIMENTOS

Todos que me conhecem sabem o quanto foi difícil chegar até aqui, dado que não é fácil, mesmo com todas as políticas de ampliação das vagas do ensino superior, continua difícil a classe trabalhadora conseguir entrar na universidade pública, conciliar tempo-trabalho, tempo-estudo, manter-se e concluir a faculdade. Muitas pessoas me ajudaram. Admito, que esse trabalho não é só meu, tem um pouquinho de muita gente que me ensinou nas salas de aula, nas formações da militância, nas reflexões e debates nos bares e botecos com amigos/as. Corro grande risco de esquecer alguém. Caso ocorra, peço desculpas antecipadamente.

Gostaria de agradecer primeiramente a minha família, sem ela não teria conseguido chegar a este momento, especialmente meus pais Maria Luiza e Tarcíso Gondim, eles que me deram toda educação, determinação e condições para chegar até aqui. Meus irmãos Wilson Dutra e Erika Gondim que sempre me ajudaram em tudo que precisei. Minha cunhada Leidiane e meus lindos sobrinhos. Minha tia Helena e o tio Ivo. Minha primas, Natasha e Nathalia, vocês também foram fundamentais.

Agradeço a todos meus amigos, mas alguns amigos em especial a Lidiene Cardoso, Thiesco Crisóstomo, Ariel Barros, Ruth Santana, Maninha Borges, Tayllon Fonteneles, Gleerlei Andrade, Loide Silva, Claudio Frigotto, Luís Weber, Carlene Barros, Fernanda Soares, Cristiano Medina, Lailson Ferreira, Alcides, Geysa Rocha, Carol, Rogério e Daniele Rohn... agradeço vocês pelo companheirismo nos momentos de angústias, pela atenção, pelos sonhos partilhados, pelas conversas, pelos momentos de cachaça, pela solidariedade... Vocês são minha segunda família! Muito obrigado!

Sou grato a todos os professores da UNIFESSPA que me ajudaram na minha formação acadêmica, Clóvis Barbosa, Simone Contente, Edma Moreira, Etiane Patrícia, Idelma Santiago, Rita de Cássia, Marcos Alexandre, Bruno Malheiros, Fernando Michelotti, Gláucia, Amanda, quero agradecer especialmente meus orientadores, primeiro o André Oda que ajudou a discernir sobre o tema a ser trabalhado. E depois o Wanderley Padilha que topou me orientar quando estava desesperado sem orientador, sendo fundamental para a produção deste trabalho.

Não posso esquecer-me de agradecer os/as camaradas de luta das organizações que milito e militei: a Pastoral da Juventude; o Levante Popular; a Consulta Popular; Movimento Debate e Ação; a Comissão Pastoral da Terra; o Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração. Boa parte do que eu sei, e do que sou, foi graças às formações e lutas que tive nestes espaços.

A Rose Bezerra da CPT, obrigado por ter contribuído consideravelmente para escolha do tema, pelos textos emprestados para este trabalho.

Por fim, agradeço todos os trabalhadores e sindicalistas mineiros pela importante contribuição que deram para esta pesquisa. Espero que a pesquisa ajude nas lutas.

RESUMO

Atualmente o sindicato Metabase Carajás representa mais de 11 mil trabalhadores mineiros nas cidades de Parauapebas, Curionópolis, Canaã dos Carajás, Eldorado dos Carajás e Marabá, ligados em sua maioria à empresa Vale S/A, que foi privatizada em 1997, durante os governos neoliberais de FHC. Esta pesquisa tem o objetivo de identificar se a privatização da Vale S/A provocou mudanças no sindicalismo do Metabase Carajás. Se provocou, que tipos de mudanças ocorreram. Para isso, foi necessário utilizar diversas ferramentas metodológicas, mas priorizando uma análise qualitativa, na qual realizei entrevistas com os trabalhadores, com dirigentes de diversos períodos históricos do sindicato e com a atual oposição sindical. Como resultado, a pesquisa mostra como após a privatização da Vale S/A, iniciou um processo de burocratização do Metabase Carajás, distanciando o sindicato da classe trabalhadora.

Palavras-Chave: Sindicalismo, Neoliberalismo, Privatizações, Trabalho.

ABSTRACT

Currently the union Metabase Carajás represents more than 11,000 miners in the cities of Parauapebas, Curionópolis, Canaã, Eldorado dos Carajás and Marabá, linked mostly to the company Vale S / A, which was privatized in 1997, during the neoliberal governments FHC. This research aims to indicate this is the privatization of Vale S/A caused changes in trade unionism Metabase Carajás. If provoked, what kinds of changes have occurred. For this, we need to use different methodological tools, but giving priority to a qualitative analysis, which conducted interviews with workers, with leaders of various historical periods of the union and the current union opposition. As a result, the research shows how after the privatization of Vale S/A. started a bureaucratization process Metabase Carajás, distancing the union of the working class.

Key-words: Unionism, Neoliberalism, Privatization, work.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01:						
	ANOS	•••••	••••••	•••••	•••••	32
GRÁFICO 02:	NÚMERO	DE		GREV	'ES	NO
	PAÍS	•••••	•••••	•••••	•••••	36
	•					
GRÁFICO 03:	O PREÇO D	O FERRO N	O MERC	ADO M	UNDIAL	59
	3					
GRÁFICO 04:	VARIAÇÕES	S DO PRI	ECO MI	ÉDIO I	DE CUSTO	DE
	PRODUÇÃO					
	3					
GRÁFICO 05:	O MOVIME	NTO DE AC	ÕES NA	VARA	DO TRABA	CHO
					SANTARÉM	
	REDENÇÃO	,		,		

LISTA DE SIGLAS

ALCA - Área de livre comércio das Américas

ARENA - ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

CF - Constituição Federal

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

MAM – Movimento por Soberania Popular na Mineração

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PCB - Partido Comunista Brasileiro

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OIT - Organização internacional do Trabalho

PFL -. Partido da Frente Liberal

PLR - Participação nos Lucros e Resultados

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONAF - Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar

PT - Partido do Trabalhador

SIMETAL - Sindicato dos Metalúrgicos

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	. 12
CAMINHO METODOLÓGICO	. 17
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	. 18
CAPÍTULO I – DEBATE CONCEITUAL: OS SINDICATOS E AS LUTAS DE	
CLASSES	. 20
1.1- SINDICATOS EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR NO BRASIL: AS BASES DO NOVO SINDICALISMO (1964-1977)	. 28
1.2- O NOVO SINDICALISMO	. 34
CAPÍTULO II – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, NEOLIBERALISMO, DIREITOS TRABALHISTAS E SINDICATOS: O BRASIL SOB A NOVA HEGEMONIA DO CAPITAL.	. 39
2.1- REESTRUTURAÇÕES PRODUTIVAS, TOYOTISMO E SINDICATOS	. 42
2.2- NEOLIBERALISMOS E AS (CONTRA) REFORMAS TRABALHISTAS	. 44
2.3- CRISE NO SINDICATO BRASILEIRO: A CUT NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX.	
2.4- OS SINDICATOS NO SÉCULO XXI	. 53
CAPÍTULO III – VALE, PRIVATIZAÇÃO E O SINDICATO METABASE NO SUDESTE PARAENSE	
3.1- A PRIVATIZAÇÃO DA CVRD	. 57
3.2- OS EFEITOS DA PRIVATIZAÇÃO DA VALE PARA OS TRABALHADORES MINEIROS E O SINDICATO METABASE CARAJÁS	. 61
3.3- QUESTÕES ATUAIS DO SINDICATO METABASE CARAJÁS	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	. 69
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

A partir do governo do PT em 2003, o Brasil intensificou sua economia e seus investimentos para exportação de commodities, num momento de grande procura, com bons preços no mercado mundial. Em 2014 o setor mineral brasileiro (indústria extrativa, indústria da transformação mineral – metálico e não metálicos – e compostos químicos inorgânicos) representou 21% das exportações, "somente as exportações de minério de ferro foram responsáveis por 11,5% do total das exportações brasileiras", totalizando US\$ 47,4 bilhões, gerando um saldo comercial positivo de US\$ 35,1 bilhões no mesmo ano. Ressaltando que em 2014 houve uma queda nas exportações de 9,4% em relação a 2013¹. Em 2014, somente a Vale produziu 299,795 milhões de toneladas de ferro, 6,5% a mais do que no ano de 2013².

O Pará, lugar que detém as minas de Carajás, sendo estas a segunda região que mais explora o minério de ferro no país, perdendo apenas para Minas Gerais. No entanto, o Pará detém o minério de melhor qualidade. Atualmente a Vale explora mais de 120 milhões de toneladas de minério de ferro por ano da região de Carajás³. Com isso, a Vale em 2014 lucrou com a região cerca de 88, bilhões de reais⁴. No entanto, um novo projeto, chamado S11D está sendo aberto em Canaã dos Carajás, já no primeiro ano de exploração irá dobrar a produção de minério de ferro na região para quase 250 milhões de toneladas/ano, ou seja, o S11D irá iniciar produzindo cerca de 100 milhões de toneladas ano⁵.

O Brasil tem a China como o principal destino de exportação de minério de

¹ Mesmo com a crise econômica e a desvalorização dos commodities, o setor minerário bate recorde de produção e de lucros, e ajuda aumentar o superávit primário do país. Disponível: http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/01/setor-mineral-atinge-superavit-de-us-35-1-bilhoes-em-2014>. Acessado em 24/09/2015 às 15h25min.

² Neste contexto da queda dos preços de commoditie de ferro, de crise mundial, de demissões dentro da Vale, a empresa consegue bater vários recordes de produção neste ano, isso significa que o nível de exploração dos trabalhadores tem aumentando. Disponível em: http://www.valor.com.br/empresas/3915998/producao-propria-de-minerio-de-ferro-da-vale-bate-recorde-no-4o-tri. Acessado em 23/09/2015 às 18h30min.

³ Texto do Lúcio Flávio Pinto intitulado "Carajás é da China", no site Bras Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/node/23868>. Acessado em 12/07/2015 às 03h20min.

⁴ Lucros da Val. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/07/1493708-vale-tem-lucro-quase-quatro-vezes-maior-no-2-trimestre-de-r-3187-bi.shtml>. Acessado em 13/05/2015 às 08h47min.

⁵ Idem 3.

ferro⁶, justificados pelos seus megaprojetos de urbanização e industrialização⁷, que são fundamentais para a fuga de capitais de setores da economia e de regiões do globo que se encontra em crise, ou que estão se recuperando da crise⁸. Além disso, como a commoditie de ferro está submissa ao capital financeiro e as bolsas de valores, a China mantém o controle os preços do ferro no mercado mundial⁹.

Houve um *boom econômico* extraordinário na mineração, que só pode ser explicado a partir: da valorização da commoditie de ferro no mercado mundial; da exploração intensiva da força de trabalho, onde os trabalhadores da mineração trabalham um dia para pagar os seus salários, e o resto do mês é mais-valia para o lucro do Capital; pelo monopólio que a Vale exerce sobre os minérios brasileiros e de muitos países afora. Por outro lado, os lucros da Vale são explicados pelo que Harvey conceitua de "acumulação por espoliação" 10:

Mas também quero colocar que a incapacidade de acumular através da reprodução ampliada sobre uma base sustentável foi acompanhada por crescentes tentativas de acumular mediante a espoliação. Esta, segundo minha conclusão, é a marca do que alguns chamam "o novo imperialismo" (Harvey, 2003).

A "acumulação por espoliação" vem atualizar o conceito de Marx de "acumulação primitiva", sendo este fundamental para o surgimento do capitalismo industrial. A "acumulação primitiva" foi uma prática empregada durante o capitalismo mercantil que saqueavam os bens das populações que viviam relações não capitalistas (MARX, 1996). A prática da "acumulação primitiva" consistia em espoliar tudo que fosse possível para transformar esses bens em mercadoria, que por sua vez foram vendidas e com passar do tempo esse acumulo de riqueza se materializou em meios de

⁶ Idem 3.

⁷ HARVEY, David. O Enigma do Capital: as crises do Capitalismo. São Paulo; Boitempo, 2013.

⁸ Idem 09

⁹ No livro Questão Mineral no Brasil, vol. 1, cap. 1, podemos entender melhor esse processo de financeirização das commodities e a transnacionalização da Vale. Referência: Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. / Tádzio Peter Coelho; organizadores: Marcio Zonta; Charles Trocate – Marabá, PA: Editora Iguana, 2015.

¹⁰ Para aprofundar o entendimento do conceito de "acumulação por espoliação" ver o artigo intitulado "Novo Imperialismo" de David Harvey. Disponível em: <www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_harvey.pdf.>. Acessado em 12/10/2015 às 13h56min.

produção, que produziu mercadorias através da exploração do trabalhador e da maisvalia, que consequente converteria em capital, por sua vez este capital garantiu o avanço e a reprodução das forças produtivas num período histórico inicial do capitalismo industrial (HARVEY, 2003; MARX, 1996)¹¹. Tudo isso, num lento processo histórico não obedecendo necessariamente a linearidade como exponho.

Essa prática de espoliação reaparece em outros contextos onde o Capital já está hegemonizado, inclusive em sua vertente especulativa, ou seja, financeirizada. O conceito de "acumulação primitiva", não consegue explicar mais, essas novas diversas formas de saques na atualidade. Por isso, Harvey cria o conceito de "acumulação por espoliação", que consiste em

Transferência para as corporações e a privatização de ativos previamente públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatização da água e outros serviços públicos que arrasou o mundo, constitui uma nova onda do "cerceamento dos bens comuns" [...] A recente depredação dos bens ambientais globais (terra, ar, água) e a proliferação da degradação ambiental, que impede qualquer coisa menos os modos de produção agrícolas com emprego intensivo de capital, foram resultado da total transformação da natureza em mercadoria (Harvey, 2003).

A privatização da Vale em 1997 (durante o governo neoliberal de FHC foi vendida por 3,2 bilhões de reais¹²) consistiu em uma forma de acumulação por espoliação. Outra forma de acumulação por espoliação acontece com os recursos minerais da região sudeste do Pará e de outras regiões do país.

De acordo com Jean Hébette (2004), tudo isso inicia quando esses empreendimentos inseriram e integraram plenamente a Amazônia nos mercados nacionais e internacionais sobre a lógica das trocas mediadas pelo dinheiro do capital industrial e financeiro, colocando a região como parte integrante da circulação do

¹¹ Para aprofundar o entendimento do conceito de "acumulação primitiva", ver o Marx, Karl. O Capital. Livro 1. Editora Boitempo, São Paulo, 2014, Capítulo 24.

¹² Informações do Governo Federal sobre as privatizações durante os anos 90. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes-pt/Institucional/BNDES-Transparente/Privatizaca-o/historico.html. Acessado em 18/07/2015 às 04hs30min.

capital. Para isso acontecer era necessário também ter um contingente populacional que servisse de mão-de-obra para esses megaempreendimentos¹³, que o autor chama de mercado de força de trabalho, que pudesse valorizar os recursos (como terras, matas e minérios). Por isso, que o Estado ditatorial aliando com o Capital propagandearam discursos para atrair mão-de-obra, principalmente da região Nordeste. Assim milhares de pessoas vieram para região (HÉBETTE, 2004).

Historicamente a região é marcada por diversos conflitos, eles se intensificam nos governos da Ditadura Militar com os planos de "integração" da Amazônia com o resto do país. José de Souza Martins afirma que

A partir do golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da ditadura militar, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, processo que continuou, ainda que atenuado, com a restauração do regime político civil e democrático em 1985. (MARTINS, 1996).

Os principais problemas sociais gerados por este processo de transformação na fronteira, do avanço do capital foram: trabalho escravo; concentração de terras (latifúndio); expulsão dos povos "tradicionais" de suas terras; assassinatos, massacres e genocídio de camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.; massacre de garimpeiros; e espoliação dos recursos naturais. A região passou por mudanças profundas nessas últimas décadas, no entanto, os conflitos persistem em continuar, dando que as contradições sociais, culturais, políticas, econômicas, etc., não foram superadas, pelo contrário, apenas se aprofundaram.

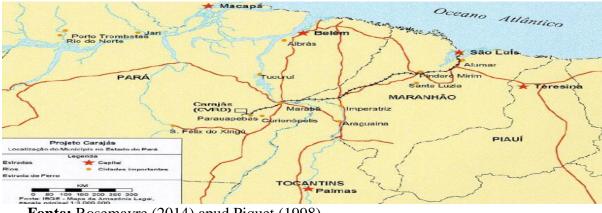
Com a migração e a expulsão dos povos de seus territórios situados no campo, muitos se deslocaram para as cidades da região. Mais recentemente outros conflitos

15

¹³ Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e consequentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce portanto com a potência da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. (MARX, 1974).

aparecem, gerados pelo rápido processo de urbanização na Amazônia, surgiram diversas cidades médias que agregam outra gama de conflitos e problemas sociais. Bertha Becker coloca que "as cidades tornaram-se bases logísticas para as políticas de desenvolvimento pensadas para a região e para a ressocialização da população migrante" (BECKER, 1990). Nessas cidades moram a maior parte da força de trabalho utilizada nas minas de Carajás, apenas uma pequena parte mora no Núcleo Urbano de Carajás que é uma cidade construída e planejada para abrigar a mão-de-obra mais especializada da empresa Vale.

Por tudo isso, e devido ao grande número do exército de reserva que amarga o desemprego, agravado pela especulação imobiliária¹⁴, acabam se aventurando em ocupações urbanas irregulares¹⁵, que são marcadas pelas ameaças, e pela violência por parte daqueles que se dizem proprietários das áreas. Além disso, a falta de Políticas Públicas de habitação, saúde, educação, pavimentação, mobilidade urbana, etc., determina uma situação de segregação, provocado pela desigual distribuição de renda e dos serviços públicos, onde o centro da cidade detém toda infraestrutura necessária para uma vida digna, e nas periferias há uma enorme ausência de direitos, serviços públicos e infraestrutura, esta conjuntura constrói um cenário de violência cotidiana na região.



Mapa 01 – Localização geográfica da região

Fonte: Rosemayre (2014) apud Piquet (1998).

¹⁴ Especulação imobiliária na região tem diminuído com a crise econômica em Parauapebas e na região. Disponível em: http://pebinhadeacucar.com.br/parauapebas-gigante-crise-afeta-setores-economia/>. Acessado em 15/10/2015 às 17h10min.

¹⁵ Por conta dos grandes projetos econômicos na região que provoca um grande fluxo migratório, os trabalhadores buscam através da luta o direito à moradia, por isso, diversas ocupações urbanas irregulares surgem nas maiores cidades da região. Dissertação do Anílson Russi. Disponível em: https://pdtsa.unifesspa.edu.br/images/Anilsonfinal.pdf. Acessado em 14/08/2015 às 01h30min.

É neste contexto é que está inserido a Vale, o sindicato Metabase no Pará, especificamente na região sudeste, atualmente representando mais de 11 mil trabalhadores mineiros nas cidades de Parauapebas, Curionópolis, Canaã dos Carajás, Eldorado dos Carajás e Marabá ligados em sua maioria à empresa Vale.

CAMINHO METODOLÓGICO

Primeiro destaco que o objetivo desse trabalho é fazer um estudo de caso com análise qualitativa (NETO, 2011)¹⁶ tentando compreender se a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a privatização da Vale provocou mudanças no sindicalismo do Metabase Carajás. Para isso, a princípio defini, li e fichei, uma biografia básica no campo da sociologia do trabalho, da Vale, dos sindicalismos, reestruturações produtivas e do neoliberalismo; numa abordagem teórica dialética, para orientação conceitual, metodológica, instrumental e analítica da minha pesquisa.

Depois, parti para a pesquisa de campo, que foi realizada majoritariamente na cidade Parauapebas, localizada no sudeste paraense, a cerca de 800 km de Belém. Escolhi Parauapebas por ser a cidade que sedia o sindicato Metabase Carajás¹⁷, por ser o lugar onde se concentra a maior parte dos trabalhadores da Vale na região e por ser onde eu tenho mais contatos com os trabalhadores mineiros.

Nos trabalhos de campo usei algumas vertentes metodológicas da pesquisa qualitativa como a entrevista com roteiro semiestruturado gravadas em áudio, com perguntas direcionadas: a direção atual e anteriores do Metabase; a oposição sindical; os ex-trabalhadores que vivenciaram o processo de privatização da Vale; trabalhadores que entraram recentemente na empresa; e os trabalhadores afastados por conta de lesões, que compõem a Associação dos Lesionados pela Vale. Elaborei questionários direcionados para direção sindical, para oposição sindical e para os trabalhadores em geral. No total foram coletadas oito entrevistas, na qual apenas duas foram respondidas por e-mail, dado que problemas de agendamento com os trabalhadores. A dinâmica de trabalho e a cultura

¹⁶ Para entender a pesquisa qualitativa pesquisar entrevista do José Paulo Neto. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tes/v9n2/10.pdf Acessado em 15/01/2015, às 15h22min.

¹⁷ Endereço da sede do Sindicato Metabase Carajás: Rua Cinco nº198 - Cidade Nova - Parauapebas /PA.

do medo que a Vale impõe aos seus funcionários, dificultou bastante o andamento do trabalho. Foram gravados cerca de 200 minutos de áudio, que posteriormente foram transcritos, analisados, sistematizados e inseridos neste trabalho. Também trabalhei com observação participante e diálogo com as lideranças e com a oposição sindical.

Esses dados primários são a principal fonte de informações que vão responder a a seguinte problemática: "A privatização da CVRD provocou mudanças no sindicato Metabase Carajás?" Para isso, pesquisei dados secundário como: jornais e informativos da direção e da oposição sindical; sites da região que fazem cobertura das ações do sindicato, dos trabalhadores e da Vale; relatórios da Vale; sites e trabalhos acadêmicos que tratam de sindicalismo, mineração, relações de trabalho; etc.

A partir das pesquisas de campo e da leitura de dados secundários, fui atrás da bibliografia complementar que pudesse compreender melhor os elementos que estão presentes nos dicursos e nas práticas do sindicato e da empresa Vale S/A.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A exposição desta pesquisa está dividida em cinco seções, sendo composta por essa introdução, três capítulos e a conclusão.

Na primeira parte deste capítulo discutirei a gênese dos sindicatos, a partir das experiências históricas das lutas de classes analisadas por Karl Marx, Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo e Gramsci; ao mesmo tempo farei uma discussão conceitual, histórica, sobre os sindicatos, como surgiram, qual é o seu papel, quais avanços e limitações dos sindicatos. Ainda no primeiro capítulo, faço uma abordagem do surgimento dos sindicatos no Brasil até o "Novo Sindicalismo", período em que o sindicalismo combativo ressurgiu no país com muita força.

No segundo capítulo faço uma abordagem sobre a reestruturação produtiva do capital, analisando como esse processo alterou consideravelmente o espaço das fábricas, a tecnologia, a organização do trabalho, a subjetividade dos trabalhadores e como isso afetou os sindicatos. Também discuto os impactos das reformas neoliberais para os trabalhadores e para movimento sindical brasileiro nos anos de 1990. No fim do

capítulo, faço uma discussão de como os sindicatos entram no século XXI, tendo como marco a eleição de um ex-sindicalista para a presidência do país.

No terceiro capítulo faço um resgate histórico do surgimento dos sindicatos Metabase, analisando suas relações com a CVRD. Por fim, busco identificar se o processo de privatização da CVRD provocou mudanças no sindicalismo do Metabase Carajás.

CAPÍTULO I – DEBATE CONCEITUAL: OS SINDICATOS E AS LUTAS DE CLASSES

Os sindicatos surgem na Europa no contexto da Revolução Industrial, especificamente na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, em que a modernidade (entenda aqui como sociedade capitalista) trás uma série de consequência para a classe operária; classe que produz toda riqueza social, mas que sobrevive das migalhas que possibilitavam apenas o mínimo para sua subsistência, manutenção (energias do corpo) e reprodução da força de trabalho, sua prole, em trocas de jornadas diárias de trabalho exaustivas que chegavam até 16 horas, em condições e lugares de trabalho insalubres, ainda por cima moravam nos bairros operários de casas precárias, inadequadas para habitação humana (MARX, 1996; ENGELS, 2008)¹⁸.

Neste contexto os sindicatos foram criados pelos trabalhadores para serem instrumentos de lutas contra o capital num processo de acúmulo político da classe trabalhadora contra a exploração da burguesia industrial (MARX, 1996; ENGELS, 2008). Engels (2008) mostra que na gênese dos movimentos operários, como formas de protestos individuais contra a burguesia que nada fazia, mas tudo recebia, encontra-se a prática primitiva do crime, que cresceu exponencialmente no assenso da sociedade industrial, contudo, os criminosos eram severamente punidos, além disso, essas práticas não eram bem vista pela própria classe trabalhadora.

Também se encontra na gênese dos movimentos operários algumas práxis não progressista revolucionária, como por exemplo, o movimento ludista, em que os trabalhadores culpavam as máquinas pela exploração a que eram submetidos e por isso quebravam as máquinas e eram contra o desenvolvimento tecnológico¹⁹. No decorrer das lutas, quebrando as máquinas os operários foram percebendo que não era as máquinas e fábricas que os exploravam, mas sim seus donos, os burgueses (MARX, 1996; ENGELS, 2008). A primeira experiência semelhante aos sindicatos foram "trade-

¹⁸ Mais detalhes deste contexto está na obra de Engels (2008) "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra".

¹⁹ Para entender mais sobre a história e o contexto do movimento ludista. Disponível em: < http://www.brasilescola.com/historiag/ludismo.htm >. Acessado em 25/01/2015, às 00h29min.

unions" na Inglaterra, organizações que se mobilizavam e gestavam as caixas de resistências (ENGELS, 2008)²⁰. Com isso, perceberam que somente unidos em associações e sindicatos os trabalhadores poderiam combater os patrões (MARX, 1996). Os sindicatos e associações de trabalhadores assalariados foram reconhecidos e legalizados em 1824 na Inglaterra, depois acabaram se espalhando pela Europa e pelo mundo.

Posteriormente ao surgimento dos sindicatos às ideias marxistas e anarquistas conseguem lugar dentro destas organizações, um marco deste processo foi a filiação de alguns sindicatos ingleses na I Internacional Comunista.

Karl Marx não escreveu nenhuma obra específica sobre os sindicatos, mas escreveu alguns textos fundamentais para compreender os movimentos sindicais, como o texto "Papel Econômico Imediato dos Sindicatos", onde expõe que:

"O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. Os sindicatos têm por fim impedir que o nível de salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor" (MARX, pág. 63, 2008).

Marx explica que o papel dos sindicatos é impedir que o nível e o preço da força de trabalho caiam abaixo do seu valor, lutando para elevar ao máximo o valor da força de trabalho.

Engels (2008) afirma que os sindicatos só conseguem alcançar o valor mais justo pela sua força de trabalho a partir da ação organizada dos trabalhadores de todos os setores e indústrias, impondo-os aos patrões capitalistas através da força. Segundo Engels (2008) isso é o máximo que se pode conseguir com o nível organizativo de sua época, ainda sim, precisariam gastar muita força e dinheiro, pois:

O interesse de cada capitalista individual em aumentar o seu lucro mediante a redução de salários dos operários é constantemente

21

²⁰ As caixas de resistência continham dinheiros que garantia à sobrevivência dos trabalhadores durantes as greves.

estimulado pela concorrência entre capitalistas de um mesmo ramo industrial. Cada um deles se esforçam pra vender mais barato do que o outro para colocar o seu rival em dificuldades e porque, se não quer sacrificar seu lucro, deve tentar baixar os salários (ENGELS, 2008, p. 70).

Somente depois que os sindicatos ingleses começam a se integrar a I Internacional Comunista, é que se ampliaram as perspectivas das lutas sindicais para além do economicismo dos aumentos salariais ou da redução das jornadas de trabalhado. As lutas sindicais passaram a vislumbrar um novo horizonte emancipador que pudesse acabar com o ciclo vicioso que o capital impusera de sempre lutar por mais direitos, pela redução da jornada de trabalho, pela valorização da força de trabalho; enquanto a burguesia amparada pelo Estado sempre queria retirar os direitos conquistados pelos trabalhadores e reduzir o preço abaixo do valor da força de trabalho.

As ações estratégicas dos sindicatos passaram a querer pôr fim ao trabalho assalariado, ou seja, por fim ao próprio sistema capitalista. Marx (2008) relata essa questão no texto "Salário, preço e lucro", onde avalia, critica e aponta caminhos para os sindicatos:

Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de ao mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado (MARX, pág. 79).

Karl Marx fala da necessidade dos sindicatos irem além da luta por melhorias trabalhistas, ele afirma que ao mesmo tempo os sindicatos devem usar a sua força para destruir esse sistema societário dividido em classes sociais. Engels diz que é necessário desenvolver as lutas para além do sindicato, posteriormente Lênin e Rosa Luxemburgo se assemelham nesta leitura dizendo que é necessário extrapolar o conflito para a luta de

classes mais ampla.

A principal forma de luta dos sindicatos são as greves, nesses momentos é que se despendem mais forças e recursos. Os efeitos das greves vão além de parar a produção de mercadorias e reivindicar melhorias salariais e trabalhistas, ou redução da jornada de trabalho, Lênin, escreve em 1889 um texto sobre os sindicatos na fase imperialista da acumulação capitalista e nos diz que as greves:

Ensina os operários a compreender onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários; ensina a pensar não só em seus patrões e em seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária. Quando um patrão que acumulou milhões às custas do trabalho de várias gerações de operários não concede o mais modesto aumento de salário e inclusive tenta reduzi-lo ainda mais e, no caso de os operários oferecerem resistência, põe na rua milhares de famílias famintas, então os operários veem com clareza que toda a classe capitalista é inimiga de toda a classe operária e que os operários só podem confiar em si mesmos e em sua união [...] Mas a greve abre os olhos dos operários não só quanto aos capitalistas, mas também no que se refere ao governo e às leis (MATTOS, 2009 apud LÊNIN, 1889, pág. 104).

Lênin vê as greves como processos pedagógicos, como verdadeiras "escolas de guerra" para a revolução socialista, mas compreende que a escola de guerra não é a guerra em si, que o movimento operário não pode se limitar apenas as greves, que através das greves não dá pra chegar à emancipação. Para Lênin, a greve é apenas uma forma de luta, entre tantas, para se chegar à emancipação dos operários. Para os clássicos marxistas, os sindicatos têm o papel de ser a correia de transmissão entre o partido revolucionário e os operários, pois o partido é a ferramenta que supera os limites dos sindicatos e que leva a cabo a luta de classes em direção ao socialismo.

Em "Esquerdismo, doença infantil do comunismo", livro de 1920, Lênin reflete sobre o poder soviético e questiona os esquerdistas alemães por se negaram a "atuar nos sindicatos reacionários". Para Lênin, a ditadura do proletariado não se manteria na União Soviética se não fossem os esforços dos trabalhos com os sindicatos, independentemente

se eram reacionários ou não. Mas Lênin alerta que em certos momentos de superprodução e crises capitalistas, os burgueses podem se beneficiar com as greves, ou seja, os sindicatos e as greves têm suas potencialidades e limitações. Como toda invenção humana apresenta contradições, avanços, problemas e/ou retrocessos, com os sindicatos não é diferente.

Na teoria de Lênin também podemos destacar a importância dos sindicatos em três aspectos: primeiro como ferramenta transformadora, para derrubar a ordem burguesa; segundo como uma ferramenta para manutenção da ordem burguesa e terceiro, encontramos os sindicatos como ferramenta para manutenção do estado proletário.

No artigo "Greve de Massas, Partido e Sindicatos", Rosa Luxemburgo analisa a revolução na Rússia de 1905, tirando lições para a luta de classe na Alemanha. Neste texto, o papel desenvolvido pelos aparelhos sindicais na revolução é secundário, senão reacionário. Seu foco é a educação política do proletariado a partir do movimento espontâneo da greve de massas. Em determinado ponto Luxemburgo critica os sindicatos burocráticos:

A história dos burocratas apaixonados por esquemas "pré-fabricados", guardiões ciumentos da felicidade dos sindicatos. As sólidas organizações concebidas como fortalezas inexpugnáveis e cuja existência tem de ser assegurada [...] E enquanto os ciumentos guardiões dos sindicatos alemães temem, antes de tudo, ver quebrar em mil pedaços essas organizações, como uma preciosa porcelana no meio do turbilhão revolucionário, a revolução russa apresenta-nos um quadro completamente diferente: o que emerge dos turbilhões e da tempestade, das chamas e das brasas das greves de massas, como Afrodite surgindo da espuma dos mares, são sindicatos novos e jovens, vigorosos e ardentes (LUXEMBURGO, 1974, pag. 53)

Luxemburgo se preocupa mais com a politização através das greves de massas espontâneas onde:

O proletariado tem necessidade de um alto grau de educação política, de consciência de classe e organização. Não pode aprender todas essas coisas em brochuras ou em panfletos; tal educação ele a adquirirá na escola política viva, na luta e pela luta, no decorrer da revolução em marcha (LUXEMBURGO, pag. 52-53, 1974).

No livro "Reforma ou Revolução" (1999), Luxemburgo destaca numa série de passagens que os sindicatos e as cooperativas são incapazes de levar ao socialismo. Neste período histórico na Alemanha, o reformismo tomou conta do Partido Social Democrata Alemão e os sindicatos se burocratizaram; as direções proletárias se especializavam e se distanciavam do ambiente fabril, abandonando consequentemente a luta de classes.

Leon Trotsky (2008a) e Antônio Gramsci (2001), em momentos históricos e lugares diferentes veem os sindicatos com um certo pessimismo. Trotsky desde a URSS (contemporâneo de Lênin na Revolução de 1917) até o exílio e seu assassinato (1940), ele continuou vendo os sindicatos a partir de um viés simplista e pessimista, inclusive, diverge de Lênin sobre o papel dos sindicatos no processo revolucionário²¹

Há uma característica comum no desenvolvimento ou, para sermos mais exatos, na degeneração das modernas organizações sindicais de todo o mundo: sua a aproximação e sua vinculação cada vez mais estreitas com o poder estatal. Esse processo é igualmente característico dos sindicatos neutros, socialdemocratas, comunistas e anarquistas. Somente este fato demonstra que a tendência a "estreitar vínculos" não é própria desta ou daquela doutrina, mas provém de condições sociais comuns a todos os sindicatos (TROTSKY, 1940).

Lênin, mesmo depois da Revolução Russa debate e afronta Trotsky, combatendo os erros dele de análise (que consequentemente provoca erros nas estratégia de trabalho com os sindicatos), afirmando que:

Meu material básico é o folheto do camarada Trotsky s*obre o Papel e* as Tarefas dos Sindicatos. Comparando este folheto com as teses que

25

²¹ Lenin crítica os erros teóricos de Trotsky em desvalorizar os sindicatos no processo de luta de classes e na construção do comunismo. Disponível em: < https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/12/30.htm>. Acessado em 13/10/2015 às 15h30min.

ele apresentou no Comitê Central, e lendo-o com atenção, assombrame a quantidade de erros teóricos e de inexatidões flagrantes que contém. Ao iniciar uma grande discussão no seio do Partido sobre este problema, como pôde preparar uma coisa tão infeliz em vez de apresentar algo mais pensado? Assinalarei, brevemente, os pontos fundamentais nos quais, em minha opinião, há erros teóricos essenciais [...] Os sindicatos são uma organização industrial, não só historicamente necessária, mas também historicamente inevitável, que nas condições da ditadura do proletariado engloba quase a totalidade dos operários da indústria. Esta é a ideia fundamental, mas o camarada Trotsky esquece-a constantemente, não parte dela, não a valoriza. O próprio tema proposto por ele: "Papel e Tarefas dos Sindicatos" é excessivamente amplo (LÊNIN, 1920²²).

Concordo com Lênin, pois o processo de organização do movimento operário e da Revolução Russa exigia que os sindicatos tivesse um papel visceral para a construção da ditadura do proletariado, o socialismo, rumo à abolição da propriedade privada e da exploração dos seres humanos. Ao contrário de Trotsky que via o sindicatos presos ao modo de produção capitalista, por isso, que para Trotsky, não era central voltar forças para os sindicatos. Isso demostra um erro gritante de Trotsky, de distanciamento dos Bolcheviques com a classe operária.

Com a prisão de Antônio Gramsci em 1926, sempre abordava a questão dos sindicatos de maneira crítica e secundária, para ele "O que garante um futuro aos sindicatos é precisamente a 'política' que eles fazem" (GRAMSCI, 2004).

De fato, se o Sindicato pode dar ao operário somente "pão e manteiga", se ele pode somente, em regime burguês, assegurar um mercado estável dos salários, pode eliminar alguns dos maiores perigos para a integridade física e moral do operário – é evidente que a prática reformista, melhor do que aquela pseudo-revolucionária, obteve estes resultados. Se a um instrumento pede-se mais do que ele pode dar, se

26

²² Para aprofundar mais o texto do Lênin "Sobre os Sindicatos, o Momento Atual e os Erros de Trotski". Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/12/30.htm>. Acessado em 16/10/2015 às 14h20min.

faz acreditar que um instrumento possa dar mais do que sua natureza permite, comete-se somente absurdos, desenvolve-se uma ação puramente demagógica (GRAMSCI, 1981, p. 64).

Para Gramsci (1981) os sindicatos estão presos à estrutura social capitalista, pois organizam os trabalhadores como assalariados, e não como produtores. A partir da prisão, os sindicatos praticamente somem dos textos de Gramsci, se perdendo dentro do conceito de sociedade civil. O centro de sua preocupação são os conselhos de fábricas. Na concepção de Gramsci os conselhos de fábricas são fundamentais para a luta de classes, para autogestão no socialismo e comunismo, pois os trabalhadores rompem com o sistema de trabalho assalariados, sendo colocados na posição de produtores. Contudo, os conselhos de fábricas, não conseguem avançar ao nível de organização dos sovietes, que conseguiam organizar operários, camponeses e soldados.

Desde o início os sindicatos apresentaram avanços, contradições, potencialidades que foram assinalados por todos os clássicos do materialismo histórico dialéticos (Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Rosa, Gramsci) em conjunturas e processos diferentes. Atualmente os sindicatos estão espalhados por toda parte, muitos sabem que o sindicato é um instrumento social que agrupa trabalhadores assalariados para a proteção dos seus interesses econômicos, profissionais, sociais e políticos dos seus associados.

Na minha avaliação, historicamente os sindicatos são fundamentais nas conquistas das melhores condições de existência da classe trabalhadora dentro de um mercado mundial de força de trabalho que rouba cada segundo, cada força, cada gota de suor e de sangue dos despossuídos dos meios de produção. Na verdade, essa é a sua natureza. Dado o seu potencial transformador dos sindicatos, logo os capitalistas provavelmente buscaram entender o *modus operandi* dos sindicatos. Pelo que me parece, os capitalistas compreenderam perfeitamente os sindicatos, inclusive, pelo visto, conseguiram até criar métodos de como cooptá-los e neutralizá-los.

Por isso, que no Brasil, o processo de surgimento dos sindicatos e do anarcosindicalismo, influenciado a principio pelos anarquistas e posteriormente pelos comunistas, logo sofreu intervenção estatal do governo Vargas, que culminou na dominação dos sindicatos pelo estado e consequentemente pelos capitalistas industriais que começavam à alçar voos maiores no país com o recente processo de modernização

1.1- SINDICATOS EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR NO BRASIL: AS BASES DO NOVO SINDICALISMO (1964-1977).

Como recorte metodológico temporal, abordarei os sindicatos e o sindicalismo no Brasil a partir período da ditadura de 1964 em diante, compreendo que esse período deixou marcas que ainda estão presentes em vários âmbitos da sociedade brasileira. Além disso, neste período surgiu às bases do Novo Sindicalismo, modelo que hegemonizou as práticas sindicais no Brasil a partir de 1978, influindo inclusive do Metabase Carajás. Para compreender a fase do Novo Sindicalismo no Brasil, se faz necessário recorrer ao contexto histórico, econômico, político, social do período da Ditadura Militar, onde o "Novo Sindicalismo" gestou-se.

Em plena Guerra Fria quando João Goulart assumiu o governo brasileiro em 1961, incomodando o governo americano e as elites econômicas nacionais ao iniciar a construção das bases de um governo popular. O estopim deste governo foi o anuncio de reformas de bases como reforma agrária, reforma tributária e melhoria nas políticas sociais, por conta disso, o golpe é executado pelas forças armadas, financiado pelos Estados Unidos e por diversos empresários brasileiros, e contou com o apoio de parcelas da sociedade civil brasileira.

Os governos militares colocaram em ação um plano econômico desenvolvimentista, através dum rápido processo de industrialização que desembocou no chamado "Milagre Econômico", neste contexto...

[...] Os militares se propõem transformar definitiva e rapidamente, o Brasil num país industrializado. Deste modo, abrem as portas ao capital estrangeiro, criam subsídios e incentivos fiscais visando à rápida expansão de unidades de produção de grande porte e o surgimento de polos industriais, em várias regiões do país [...] o número de trabalhadores da indústria aumenta consideravelmente entre 60 e 70, a classe operária industrial quase duplica. É a época do chamado milagre brasileiro. A expansão industrial vem acompanhada de inovações na área tecnológica, nos processos de produção e na

Entretanto, para alcançar o crescimento almejado era necessário pensar como fragilizar as organizações da classe trabalhadora para poder reduzir o preço da força de trabalho. Para isso, os governos militares tomaram diversas medidas, desde a retomada do Sindicalismo de Estado característico das políticas de Getúlio Vargas; mudanças jurídicas que praticamente proibiam as greves; até o uso da força, chegando a assassinar diversas lideranças sindicais. Cada medida ou mudança tomada pela ditadura militar para aniquilar os sindicatos combativos, exigia destes setores mudanças na ação sindical. De acordo com Mattos (2009) no livro "Trabalho e sindicatos no Brasil", os militares:

[...] ordenaram a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações). A cassação dos direitos políticos e a instauração de inquéritos policiais militares contra os principais dirigentes sindicais cassados criaram, para os que conseguiram escapar à prisão imediata, a alternativa da clandestinidade ou do exilio (MATTOS 2009, p. 101).

Zanetti (1993) vem com dados mais impressionantes, contrariando os dados de Mattos (2009):

Esta interferência é ostensiva, manifesta-se na verdadeira devassa a que o novo regime submete os sindicatos. Centenas, exatamente 761 sindicatos, sofrem intervenção. Os mais atingidos são os sindicatos mais fortes e ativos; milhares de dirigentes e lideranças sindicais da cidade e do campo, são denunciados, presos, cassados em seus direitos políticos, submetidos à torturas, forçados ao exílio (ZANETTI, 1993, p.9).

Mattos coloca que o sindicalismo durante a ditadura militar vivencia três momentos carregados de muitos conflitos, resistências à exploração e à ditadura antes do surgimento do "novo sindicalismo".

1º Momento (1964-1967): Com o golpe militar os sindicatos que eram dirigidos hegemonicamente por militantes de esquerda ou progressista foram fortemente perseguidos, reprimidos e tirados das direções dos sindicatos pela ditadura militar. Em seus lugares foram colocados interventores nas direções dos sindicatos. A maioria dos interventores eram sindicalistas que perderam as eleições sindicais para militantes do

PCB e PTB. Ainda em 1964, com os sindicatos já aparelhados pela ditadura, os interventores realizaram uma conferência nacional de dirigentes sindicais com falsos discursos de fortalecer as aspirações "democráticas nacionais" (Mattos, 2009); analisar como os trabalhadores e suas organizações poderiam contribuir para o fortalecimento dos poderes públicos, servindo de correia de transmissão dos governos militares; também, contraditoriamente, afirmavam que era preciso desenvolver os sindicatos livres e autênticos. Os dirigentes sindicais interventores sempre destacavam a importância das Forças Armadas na "revolução democrática", por preservar as instituições disciplinadas, trazendo o país de volta às suas tradições democráticas e cristãs (Mattos, 2009). Neste momento, os interventores se empenharam em denunciar e acusar os militantes que atuavam nos sindicatos como "agentes da subversão". Os interventores programaram um sindicalismo conservadores, assistencialistas, corporativistas, preocupados apenas com estruturas físicas dos sindicatos e como desarticular as lutas. De acordo com Mattos, nesse período foram criados diversos mecanismos jurídicos como as "leis de arrocho" que diminuíam e dificultaram a mobilização sindical, permitindo assim a maior exploração da classe trabalhadora, entre tantas medidas estavam à proibição de greves; controles de ajustes salariais baseados nos índices médios de inflação dos anos anteriores; fim do tempo de dez anos de estabilidade, que foram trocados pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Em 1967, o Ministério do Trabalho e Emprego começou a liberar progressivamente as atividades sindicais, todavia, promovendo e controlando as eleições e candidaturas. Alguns militantes desconhecidos pelos militares conseguiram assumir as direções de alguns sindicatos. Chegaram a realizar mobilizações e greves, porém, naquele cenário sociopolítico autoritário, essas ações foram consideradas ameaça ao novo regime. Intervenções e cassações voltaram a ocorrer. Com tudo isso, os sindicatos esvaziaram-se, entretanto, os interventores não se preocupavam. Zanetti (1993) destaca que:

As condições políticas (ditadura militar) e sociais (arrocho) foram os outros ingredientes que condicionaram a definição dos novos rumos a percorrer. É uma etapa de resistência. A construção do novo sindicalismo começa neste período com um trabalho definido pelos próprios ativistas como "trabalho de formiguinha" ou "trabalho de pé

de ouvido" que, mesmo nos períodos mais duros da ditadura, se traduz em ações localizadas, na constituição de grupos de fábrica e em articulações de oposições sindicais. As greves com ocupação de fábrica, em Contagem e Osasco, são expressões que permanecem isoladas em sua dimensão e repercussão, e o que prevalece, no período, é este trabalho "miúdo" (ZANETTI, 1993, p. 10).

2º Momento (1968-1970): O governo sobre o comando de Costa e Silva, e o MTE sob a direção de Jarbas Passarinho em 1967 abre algumas concessões apoiando a "renovação sindical", que reduzem a perseguições de dirigentes combativos eleitos. Neste momento chega-se até a formar movimentos intersindicais contrários às políticas ditatórias salariais como o Movimento Intersindical contra o Arrocho (MIA), que era dirigido por sindicalistas influenciados pelos trabalhistas e comunistas do período de Goulart. Por conta da perseguição estes sindicalistas tiveram grandes dificuldades de organizar lutas neste período, adotando como estratégia a moderação nas mobilizações para não serem afastados das direções oficiais. Organizaram no sindicato dos Bancários no Rio de Janeiro (que o PCB conseguiu retomar nas eleições de 1967) a II Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais. Nesta ocasião aprovaram o Manifesto com os seguintes pontos: Revogação das leis do arrocho salarial; 2. Liberdade de firmar acordo com os empregadores; 3. Reajuste de salários igual ao aumento do custo de vida; 4. Reforma agrária capaz de atender aos problemas do homem do campo (Mattos, 2009 apud Bancário, 31/11/1967, p. 14. BAP/ Seeb-RJ: p. 107).

Algumas organizações, correntes, grupos, etc., divergiam do posicionamento moderados do PCB, criticando-os, acusando-os de conciliadores e imobilistas. Esses setores defendiam as greves como forma de construção de um sindicalismo mais autônomo se libertando do burocratismo e do corporativismo. Defendiam também a conscientização e mobilização do povo para a luta armada contra a ditadura militar. Alguns sindicatos conseguiram passar despercebidos pelo monitoramento e pela repressão do MTE contra os sindicalistas subversivos, assim, fizeram a proeza de assumir as direções de sindicatos, como foi o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, que em julho de 1967 organizaram uma greve, no entanto, ao deflagrar a greve, o movimento foi duramente reprimido pelas forças ditatórias. Alguns meses antes na

cidade mineira de Contagem aconteceram algo semelhante, quando uma direção combativa assumiu a direção do sindicato dos metalúrgicos, mobilizou greves surpreendendo o governo autoritário e os patrões. Este seria o fim de um ciclo de mobilizações, pois no final de 1968 o regime militar radicalizou o autoritarismo com o Ato Institucional nº 5 (AI-5) que fechou o Congresso Nacional, instituiu a censura à imprensa, perseguiu toda forma de oposição política, inclusive as sindicais de forma repressiva. Além disso, remodelou os sindicatos para uma nova ação conservadora.

3º Momento (1970-1977): Mattos destaca que neste período a Ditadura Militar foi mais esmagadora, principalmente para os grupos que optaram pela luta armada para derrubar o regime autoritário. Economicamente o Brasil passava pelo chamado "Milagre Econômico" baseado no arrocho da classe trabalhadora, possibilitando maiores ganhos para as empresas, que só foi possível pelo controle exercido sobre os sindicatos; investimentos do governo federal em grandes empreendimentos que movimentavam determinados setores econômicos; e concentrando investimentos em grandes empresas monopolistas de capital estrangeiro, principalmente em empresas de capital especulativo. Isso possibilitou o Produto Interno Bruto (PIB) ficar acima de 10% entre 1968-1976, chegando incrivelmente alcançar 14% em 1974.

Contudo, no capitalismo os trabalhadores não se beneficiam com esses índices, tanto que no período de 1975 a 1979 o salário mínimo alcançou os níveis mais baixos desde 1960.

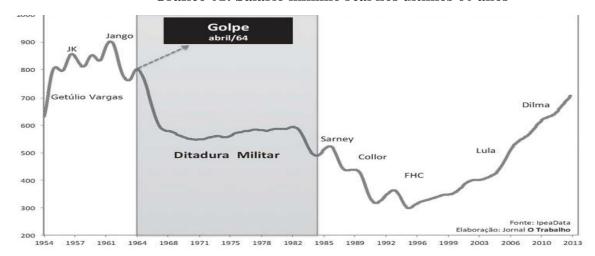


Gráfico 01: Salário mínimo real nos últimos 60 anos

Fonte: Ipea/Data. Elaboração: Jornal O Trabalho.

Esse boom econômico foi conseguido à custa do endividamento bilionário com Fundo Monetário Internacional (FMI) que em 1965 alcançava a cifra de 5 bilhões de dólares e em 1975, dez anos depois, fruto do milagre conquistado através de muitos pecados capitais e já demostrando sua decadência, a dívida com seus juros exorbitava a grandiosa cifras de 100 bilhões de dólares. Dívida que pagamos até os dias atuais, corroendo quase a metade do orçamento da União.

Isso levou a resultados infernais, depois de 1975 a economia brasileira entrou em recessão, diminuindo o PIB a 1,1% em 1982. Esse processo não aconteceu apenas no Brasil, mas em toda América Latina. David Harvey (2006) descreve esse processo através do seu conceito de acumulação por espoliação como prática corrente do Novo Imperialismo norte-americano que "mediante programas de ajuste estrutural administrado pelo FMI — que serviram de antídoto para as dificuldades na esfera da reprodução ampliada; em algumas instâncias, como é o caso da América Latina nos anos 80, economias inteiras foram assaltadas, e seus ativos recuperados pelo capital financeiro estadunidense" (Harvey, p. 114).

No meio disso tudo, os militares mais uma vez interviram nos sindicatos, pautando novamente um sindicalismo assistencialista, recebendo repasses de recursos do governo federal, transformando os sindicatos em um braço auxiliar do Estado junto aos trabalhadores, efeitos disso, está no discurso no jornal do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro:

Assistência médica, odontológica e jurídica integrais aos associados de nossa entidade profissional (...). Assistência educacional: os filhos dos trabalhadores metalúrgicos, ou o próprio associado, poderão concorrer às inúmeras bolsas de estudos oferecidas pelo Pebe (...) do Ministério do Trabalho (...) Auxilio funeral: em caso de falecimento do associado seus dependentes receberão em dinheiro a importância equivalente a quatro salários mínimos. No caso de morte de dependentes, dois salários mínimos (Mattos, apud META, 11/07/1975, Amorj: p. 113).

Em contrapartida, no comando do General Médici, intensificava-se a repressão ao sindicalismo reivindicativo combativo. Porém não tardou os militantes sindicalistas criarem novas formas de luta. As greves por categorias eram impossíveis por conta da

repressão, mas os níveis de exploração exigidos para produzir o "milagre econômico" eram quase insuportáveis, e não tardou aos ativistas sindicais combativos organizarem lutas. A saída possível para mobilizar a resistência foram as greves por empresas (e não por categoria), de curta duração.

Mattos (2009) e Zanetti (1993) destacam que depois de 1975, passado o período mais duro da Ditadura Militar, as perseguições reduziram. No quadro da política institucional, lembra Zanetti, do Congresso Nacional, as classes dominantes começam a se dividir, e na disputa eleitoral indireta de 1974 o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) obtém 14 milhões de votos e ganha às eleições da ARENA que fez apenas 10 milhões. Em uma manobra política a ARENA continua com maioria, dando início a uma crise política.

1.2- O NOVO SINDICALISMO

A crise econômica mundial, marcada pela crise do petróleo, e a crise do "Milagre Econômico" que excluiu os trabalhadores de seus bônus, deixando apenas os ônus, provocaram no fim dos anos de 1970 uma nova fase das lutas sindicais no Brasil, marcos pelo assenso das lutas de massas. Contudo, o "Novo Sindicalismo" só se tornou possível através das resistências e persistências nos "anos de chumbo", do trabalho de base²³ constante dos sindicalistas e sindicatos combativos e da divisão que surge dentro do bloco do poder militar. Aos pouco foram crescendo o descontentamento da população em relação a ditadura, assim como cresceu as manifestações, protesto e greves que exigiam o seu fim.

Entretanto, a Ditadura Militar percebendo que não conseguiriam sustentar o poder por muito tempo executa manobras e busca organizar uma transição democrática "lenta, gradual e restrita" controlada pelas instituições do regime: põe fim o AI-5, reabrindo o Congresso, eliminando o bipartidarismo, promovendo eleições presidenciais indiretas, eleições diretas para o Congresso, ainda que escolhendo indiretamente um terço dos senadores (os senadores biônicos); faz a lei de Anistia política em 1979 onde

^{23 &}quot;Trabalho de base" é o processo de conscientizar a classe trabalhadora sobre a importância da organização e da luta política para transformar a realidade.

ao perdoar os "subversivos", isentava de culpa também os militares que torturaram e assassinaram.

Zanetti (1993) coloca que o "novo sindicalismo" se contrapõe ao "velho sindicalismo" que era "burocrático, corporativista, assistencialista, controlado pelo Estado, conciliador de classes, paternalista e dependente".

Mattos (2009) mostra que o Novo Sindicalismo tem algumas características novas, pois aumenta o número de greves por empresas, e não por categorias, de caráter espontâneo, sem convocações dos sindicatos, sem datas nem horário marcados, porém com uma coesão política, em torno da insatisfação com a política salarial imposta pelos militares, pauta também a liberdade e autonomia sindical, a democratização dos sindicatos e sua politização, etc. As experiências históricas das lutas de classes avaliadas a partir dos clássicos nos mostra que os sindicatos têm papel fundamental para as necessidades imediatas e históricas da classe trabalhadora, como foi o papel do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo com Lula à frente do sindicato, que tinha maior proximidade com os operários, tomando a frente nas negociações de diversas empresas.

As greves que surgem 1978 no ABC paulista, segundo Zanetti (1993), chegam a capital paulista, se espalham para Rio de Janeiro, Minas Gerais e gradativamente alcançaram outros estados do país. O sindicalismo brasileiro está na contramão do movimento sindical operário mundial, que neste período passava por uma profunda crise.

O amadurecimento da classe trabalhadora no país se desdobra na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores em 1983, para dar a unidade mínima que a classe trabalhadora necessitava. A CUT agregou vertentes sindicais bem diferentes - Sindicatos cristãos ligados a Teologia da Libertação, Sindicatos Comunistas, Sindicatos Reformistas – correntes que eram identificados com o "novo sindicalismo".

Mattos (2009) fala que em 1978 ocorreram 118 greves, em 1982 o número de greve salta para 1444. Houve uma redução das greves no ano de 1983 por conta do endurecimento das fábricas nas negociações e do acionamento da repressão às greves caindo seu número para 393; no ano seguinte as greves voltam a subir tendo seu pico mais alto em 1989 com 3943 greves.

Número de greves no país
Quantidade registrada em cada ano

2200
20001800160014001200100080040020001983 1990 2000 2010 2012
Fonte: Dieese

Gráfico 02: Número de greves no país

Fonte: DIEESE apud CRESPO (2013).

Entre estas mobilizações, ocorreram quatro greves nacionais, Mattos (2009) diz: "A greve geral, 1989, com a participação de mais de 20 milhões de trabalhadores, por dois dias, foi a maior da história Brasileira e a última grande demonstração de força do novo sindicalismo". O que provocou essa avalanche de greves no ano de 1989 foi a defesa de reajustes salariais que pudesse aguentar a escalada inflacionária que atingiu patamares assustadores.

Em 1983 a CUT tinha 912 entidades filiadas, em 1991 tinha 1300 entidades filiadas. Em 2000 a CUT, passando por outra conjuntura, congrega 3088 entidades filiadas. Daí podemos perceber a influência e o potencial da CUT. De acordo com Adalberto Cardoso (2003) a CUT acabava fazendo papel de partido, numa lógica de formular posições políticas, travar lutas contra o Estado e contra o capital. Cardoso (2003) também coloca que contraditoriamente a CUT só consegue chegar nesta posição se apropriando dos impostos e estrutura corporativista sindical da ditadura militar.

Como o processo de redemocratização do país, sobre fortes influencia de políticos ligados a ditadura, não provocou uma ruptura política, após a morte de Tancredo Neves, assume a presidência o senador José Sarney, ex-membro da ARENA e membro fundador do recém-criado PFL. No entanto, vários sindicalistas e militantes de esquerda conseguem eleger deputados constituintes, mas não conseguem fazer maioria,

pois além dos conservadores eleitos, a ditadura deixou os senadores biônicos que foram nomeados pelo governo e não eleitos. Neste cenário de polarização política se aprova a nova Constituição Federal de 1988. No que diz respeito aos sindicatos, a CF-1988 trouxe alguns avanços de acordo com avaliação de Wilson Batalha:

Os sindicatos são, segundo determinação da própria Constituição Federal, autônomos e independem do reconhecimento ou autorização do poder público para sua existência. Em suma, é um direito assegurado a todos os sindicatos o caráter de pessoa jurídica de direito privado. Além disso, também é característica dos sindicatos o fato deles serem criados por meio de uma convenção, não possuírem como objetivo a obtenção de lucro, serem duradouros e dotados de uma organização interna (BATALHA, 1992).

Por outro lado, nem todas as propostas do novo sindicalismo foram aprovadas, elementos centrais do aprisionamento da atividade sindical com o imposto sindical, a manutenção da unicidade sindical e poder normativo da Justiça do Trabalho permaneceram (Mattos, 2009; Cardoso, 2003; Zanetti, 1993), no entanto, foram pautas que nem os sindicatos, nem as centrais, inclusive a CUT, mobilizaram na constituinte tentando para impedir. Essa negligencia trará graves consequências para o sindicalismo brasileiro nas próximas décadas.

Em 1989 ocorrem as primeiras eleições diretas pós-ditadura, e o candidato usineiro Collor de Mello vence o sindicalista Lula²⁴. Neste mesmo ano a queda do Muro de Berlin promove uma radical mudança na ordem política mundial dando origem a uma intensa ofensiva ideológica por parte das potências capitalistas que apregoavam tanto o fim do socialismo, como o fim da história, garantindo dessa forma uma nova hegemonia ideológica mundial tendo por gendarme os EUA²⁵. Isso provocou fortes mudanças na

²⁴ Artigo do Paulo Henrique Amorim sobre a disputa presidencial entre Lula e Collor em 1989. Disponível em: < http://www.conversaafiada.com.br/video/2010/10/01/video-historico-globo-manipula-debate-para-derrotar-lula.>. Acessado em 09/07/2015, às 04h35min.

²⁵ Artigo do Valter Pomar sobre os efeitos da queda no muro de Berlim para esquerda. Disponível em: http://valterpomar.blogspot.com.br/2015/09/os-efeitos-da-queda-do-muro-de-berlim.html.

Acessado em 28/03/2015, às 19h30min.

política mundial, impactando diretamente no movimento operário²⁶.

A última década do século XX trouxe várias mudanças nos sindicatos, provocando mudanças principalmente no sindicalismo combativo, mas também surgindo e fortalecendo um sindicalismo que aspiram ares neoliberais.

Ricardo Antunes, os impactos da queda do muro de Berlim para o sindicalismo brasileiro. Disponível em: < https://lutafob.files.wordpress.com/2015/04/bloco3.pdf. Acessado em 29/03/2015, às 09h53min.

CAPÍTULO II – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, NEOLIBERALISMO, DIREITOS TRABALHISTAS E SINDICATOS: O BRASIL SOB A NOVA HEGEMONIA DO CAPITAL.

Somente é possível compreender o que aconteceu no Brasil nos anos de 1990 recorrendo à conjuntura internacional do pós Segunda Guerra Mundial, em que o EUA, mas principalmente a Europa vivenciava a política social democrata que "consumia" boa parte da mais-valia que historicamente era apropriada pela burguesia através do Estado. Mas por conta das lutas de classes de cunho reformista travadas principalmente através dos sindicatos, conseguiram canalizar boa parte dos recursos do Estado para o ficou conhecido como Estado bem-estar social, que consistia em mais políticas sociais para a classe trabalhadora. Nesse período, diversos governos socialistas foram eleitos. Neste contexto, a burguesia insatisfeita se articulou para fundar um Estado "diminuído em sua base social, mas burocraticamente eficaz para servir o capital" (BORON, 1994, p. 81), abandonando os princípios econômicos keynesianos. Esta estratégia só seria possível enfraquecendo as organizações da classe trabalhadora.

Nos anos de 1970 o mundo passa por crises: a crise do petróleo (1973), a crise econômica mundial (1971). Os neoliberais diagnosticaram que as causas das crises estariam nos sindicatos e no movimento operário que corroíam os lucros das empresas (Gennari, 2001)²⁷. Após a identificação do "problema", também surgem suas soluções. Harvey analisa esse processo onde:

[...] Os EUA contra-atacaram impondo sua hegemonia através das finanças. Mas para que este sistema funcionasse efetivamente, os mercados em geral, e os mercados de capital em particular, deviam ser forçados a abrirem-se para o comércio internacional – um processo lento que exigiu da pressão interna dos EUA respaldada pelo uso de fatores de influência

²⁷ Artigo "Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 9 de Adilson Marques Gennari. Disponível em: http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-5-globaliza%C3%A7%C3%A3o-e-neoliberalismo.pdf. Acessado em 12/12/2014 às 23h57min.

internacional tais como o FMI e do compromisso igualmente intenso com o neoliberalismo como a nova ortodoxia econômica. Também implicou a transformação na correlação de poder dentro da própria burguesia, na qual os setores produtivos perderam poder frente às instituições do capital financeiro. Isto podia ser usado para combater os movimentos de trabalhadores na reprodução ampliada, seja diretamente, exercendo a supervisão disciplinadora na produção, seja indiretamente, facilitando a maior mobilidade geográfica de todas as formas de capital. Assim, o capital financeiro foi central para esta terceira fase do domínio global burguês (Harvey 2003, p. 113).

As disputas "Inter burguesas" (ou intra-burguesa) onde o capital industrial perde hegemonia para o capital financeiro com a supremacia de Wall Street por imposição norte americana; a abertura dos mercados de capitais para o comercio internacional; e a mobilidade de todas as formas de capitais se reestruturou no que Harvey chama de regime de acumulação flexível de capital (1992).

A reestruturação produtiva foi possível com o enfraquecimento dos sindicatos e dos partidos de esquerda, com a derrota dos governos socialdemocratas e as vitórias dos governos de direita que defendiam abertamente o neoliberalismo na Europa. Destaco à Inglaterra com governo Thatcher, e os EUA a eleição de Reagan. Mas posteriormente se alastrou por todos os países centrais do capitalismo e por fim os países de capitalismo dependente.

Precisou de décadas para o neoliberalismo se estabelecer e criar mecanismo para manter os interesses dos grandes capitalistas como: austeridade fiscal; reforma tributária reduzindo os impostos para os ricos; propriedade intelectual; privatização de empresas estatais; redução de gastos em serviços públicos; aumentar os juros para atrair investimentos estrangeiros; abrir economia para capitais de riscos; flexibilização das leis trabalhistas; entre outras propostas de reformas foram propostas e sintetizadas no Consenso de Washington em 1989, contando com a participação do governo americano, economistas de várias partes do mundo, do FMI, Banco Mundial, entre representantes de vários países; as formulações deste consenso estão permeadas pelo espírito do

neoliberalismo que posteriormente são impostas na América Latina, sendo desastroso para as classes populares (Santos, 2010; Batista, 1994). Boaventura Santos avalia os impactos do neoliberalismo na América Latina:

O capitalismo global e seu braço político, o Consenso de Washington, desestruturaram os espaços nacionais de conflito e negociação, minaram a capacidade financeira e reguladora do Estado, ao mesmo tempo em que aumentaram a escala e a frequência dos riscos até uma e outra ultrapassarem os limiares de uma gestão nacional viável (BOAVENTURA, 1998, p. 3).

O capital industrial também se reestrutura e ampliam suas cadeias produtivas formando empresas globais graças aos avanços tecnológicos na comunicação e na produção. O geógrafo brasileiro Milton Santos no livro "Por uma outra globalização" fala sobre as empresas globais, expõe que "estas funcionam a partir de uma fragmentação, já que um pedaço da produção pode ser feita na Tunísia, outro na Malásia, outro ainda no Paraguai, mas isto apenas é possível porque a técnica hegemônica de que falamos é presente ou passível de presença em toda parte" (SANTOS, 2010). As multinacionais são um avanço para capitalismo, podemos também se deslocar por várias partes do mundo procurando melhores condições de produção, sobretudo, onde possam intervir nas políticas de cada país, flexibilizando as leis trabalhistas, desarticulando e/ou enfraquecendo os sindicatos, criando condições para recrutar força de trabalho a baixo custo. Ricardo Antunes ressalta que a "lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa sociedade dos excluídos e dos precarizados" (ANTUNES, 2001).

Na América Latina e no Brasil os efeitos do neoliberalismo para a classe trabalhadora foram devastadores, iniciando tardiamente na década de 1990 com as eleições de Collor e FHC, o neoliberalismo se estabeleceu no país mergulhando-o em profundas crises que são presentes até os dias atuais.

2.1- REESTRUTURAÇÕES PRODUTIVAS, TOYOTISMO E SINDICATOS

O que conhecemos como Toyotismo parece com o regime de acumulação flexível. No entanto, acho importante fazer a discussão sobre as principais características do toyotismo, pois dialeticamente entenderemos melhor o que é o regime de acumulação flexível e vice-versa. Entendendo que o toyotismo não é a única forma que de organização do trabalho que existe nos dias atuais, porém, é o que mais atende as necessidades de acumulação do capital atualmente.

Como o próprio nome nos induz, o toyotismo tem sua gênese nas fábricas da Toyota no Japão, mas espalhou-se por todo mundo, recebendo influencias e alterações em cada local que foi aplicado. A reestruturação produtiva provocada a partir das crises do capitalismo e da necessidade de estruturar um regime de acumulação flexível que necessitava de mão de obra flexível, que aniquilasse a rigidez fordista e taylorista, mas que dialeticamente mantivesse algumas características dos modelos organizacionais da força de trabalho anteriores. De acordo com Geovanni Alves (2011), o toyotismo se tornou:

"Ideologia orgânica" do novo complexo de reestruturação produtiva do capital que encontra nas novas tecnologias da informação e comunicação e no sociometabolismo da barbárie, a materialidade sociotécnica (e psicossocial) adequada à nova produção de mercadorias [...] constituindo o novo empreendimento capitalista que coloca novos elementos para a luta de classes no século XXI (ALVES, 2011).

Esse conceito de toytotismo demostra que a nova reestruturação do trabalho afeta a produção de mercadorias, mas visceralmente afeta subjetivamente os trabalhadores dificultando mais ainda a atuação dos sindicatos combativos. Esses impactos não estavam tão presentes no fordismo e no taylorismo, no entanto, o toyotismo explora mais essa dimensão subjetiva ao ponto de conseguir desmobilizar as lutas de classes, e consequentemente, os sindicatos. Os valores do toyotismo se tornam senso comum da sociedade, a captura da subjetividade dos trabalhadores está na essência do toyotismo.

Além disso, o toytotismo só foi possível com o avanço tecnológico nas áreas de comunicação, informação e automação das maquinas garantindo segundo Alain Birh (1991) uma produção difusa (que criasse redes de colaboração, ampliando a terceirização e subcontratação), integrada e flexível que necessariamente demandou capacitar força de trabalho polivalentes e mais intelectualizada:

A flexibilidade do processo e produção requer simultaneamente uma organização flexível do trabalho, conforme destacamos na ideia da produção difusa: a constituição de polioperadores capazes de assumir multitarefas. O trabalhador deve ser capaz de ocupar diferentes postos de trabalho, intervir em diferentes tipos de materiais, de inerir-se em diferentes segmentos do processo de trabalho, etc. Fluidez e flexibilidade se conjugam para exigir uma força de trabalho polivalente, qualificada e operando em equipes, que ligam estreitamente operários, técnicos, administradores, etc. (ALVES, 2011).

Essas atribuições são fundamentais para conseguir produzir reduzindo recursos, espaços e tempo. Um dos objetivos do toyotismos é aumentar a produtividade por meio da eliminação do desperdício da superprodução. Alves (2011) apud Ohno destaca que um dos pilares do toyotismo é o just-in-time, o engenheiro da Toyota que sistematizou o que é toyotismo, Ohno, afirma que "a introdução do just-in-time significa a reorganização das maquinas do chão da fábrica, estabelecendo um novo fluxo de produção, ao eliminar, segundo ele, 'o desperdício de estocar peças'; implica a implementação do que ele denomina sistema de 'um operador, muitos processos'". Isto é, intensifica-se o trabalho, mesmo não aumentando a jornada de trabalho. Para se conseguir o just-in-time é necessário um sistema de informação, o kanban controla o sistema de qualidade, recebe e passa ordens de produção, sincronizado e ligando todos os processos.

O toyotismo casado com o modelo político neoliberal, que através de seus governos, exigindo mudanças nas leis trabalhistas como coloca Ricardo Antunes:

Desde que o capitalismo ingressou na sua mais recente fase de mundialização – o que deu a partir do monumental processo de reestruturação e financeirização dos capitais nos anos 70 -, estamos constatando que os capitais transnacionais exigem dos governos nacionais a flexibilização da legislação do trabalho, eufemismo para designar a desconstrução dos direitos sociais, resultado de longas lutas e embates do trabalho contra o capital desde o advento da Revolução Industrial (Antunes, 2001).

Ricardo Antunes ainda complementa:

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e 3natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 2001).

A flexibilização das legislações trabalhistas dos Estados nacionais foram feitas através de profundas reformas de estados provocando impactos para a classe trabalhadora até os dias atuais como: a terceirização; trabalhos temporários; subcontratações; perda dos direitos trabalhistas; etc. Esses impactos levaram bilhões de pessoas a trabalhos sujeitados à extrema exploração, e outros bilhões às condições de vida miseráveis pelo mundo, sem contar com os imensuráveis e irreversíveis impactos ambientais que o nosso planeta vem sofrendo.

2.2- NEOLIBERALISMOS E AS (CONTRA) REFORMAS TRABALHISTAS

O Brasil é um dos últimos países da América Latina onde o neoliberalismo

ganha força, devido à conjuntura sociopolítica no país, com o assenso das lutas sindicais que tomou de conta dos anos de 1980, o neoliberalismo tardou, mas quando veio, chegou com tudo. Os presidentes propulsores do neoliberalismo no país foram Fernando Collor, eleito em 1989, e Fernando Henrique Cardoso eleito em 1993. Mas é com ultimo que o neoliberalismo se efetiva e consolida, com discursos de abrir o país para uma economia global. Para isso acontecer, diversas reformas foram feitas em cima de uma Constituição Federal recém-aprovada. No capítulo anterior me referi que a Constituição Federal não havia avançado em uma série de questões fundamentais para os trabalhadores e suas organizações políticas. Pouco tempo depois, mas uma série ataque aos direitos dos trabalhadores é executada através de medidas provisórias, projetos de leis, decretos etc. As reformas são acompanhadas por uma série de medidas provisórias, dispositivo que o FHC uso com muita frequência, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 01 – Mudanças nas leis trabalhistas no Brasil

MEDIDA	DESCRIÇÃO
	Estratégia para inibir as reivindicações de
	reajustes salariais que comprometessem
Medida Provisória 1.029/94:	(na visão do governo) o plano de
Participação os Lucros e Resultados	estabilização, e possibilitar, paralelamente,
(PLR).	uma margem de manobra para que as
	empresas atendessem essas reivindicações
	sem onerar os custos dos salários.
Desindexação salarial.	Determinou o fim da política salarial a
	partir da ação do Estado e introduziu a
	"livre negociação", ao mesmo tempo em
	que os sindicatos perdiam capacidade de
	barganha diante do desemprego.
Denúncia da Convenção Coletiva 158 da OIT.	Provocou a retirada, ao Direito Brasileiro,
	da norma pública internacional, por meio
	do Decreto 2.100/96 do Poder Executivo.
	Essa Convenção estabelece normas que
	limitam o poder absoluto do empregador

para efetuar demissões. A justificativa do governo brasileiro para sua eliminação foi que "havia incompatibilidade entre o teor da norma e o novo contexto econômico de globalização". A denúncia elimina qualquer mecanismo que possa inibir a demissão injustificada.

Viabilização das cooperativas profissionais com base em uma parceria entre Estado e as indústrias sob o argumento da "redinamização das empresas", (1994).

Essas cooperativas de modo geral, eram mantidas um processo de controle de qualidade e supervisão sobre a produção pela empresa contratante e a cooperativa possuía apenas um caráter "formal", pois acabam sendo geridas pelas empresas.

Contratação por tempo indeterminado - Lei 9.601/98.

Estabelece a possibilidade de a empresa contratar trabalhadores por tempo determinado. Para facilitar a contratação, viabiliza, por exemplo: a redução de custos do trabalho (corte de 50%) das contribuições patronais ao Sistema S67, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ao salárioeducação e ao financiamento do seguro de acidente de trabalho; a redução do valor da alíquota do depósito do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) de 8% para 2%; a dispensa do pagamento do aviso prévio e da multa de 40% do FGTS, quando da rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do empregador; e por último, a introdução do mecanismo de banco de horas, que possibilita eliminar o

	pagamento de horas extras.
Banco de Horas - Lei 9.601/98	Permite à empresa o controle do tempo do
	empregado conforme suas necessidades de
	produção. A jornada semanal é ampliada
	nos momentos de pico, e reduzida nos de
	refluxo, livrando a empresa da contratação
	de novos empregados (no pico da
	produção) e dos custos com horas extras.
Limita a ação fiscalizadora do Ministério do Trabalho - Portaria 865/95 (Ministério do Trabalho)	Instrui à fiscalização a não multar a
	empresa, mas comunicar ao Ministério do
	Trabalho, eventuais conflitos entre a
	legislação e as cláusulas do contrato
	coletivo do trabalho. Permite também que
	sejam negociados direitos fixados na
	legislação.
Limitação do número de dirigentes sindicais no serviço público – Decreto 2.066/96	Limitou o número de dirigentes sindicais
	de associação de classe no setor público,
	numa perspectiva de regulamentar a
	atividade sindical, além de estabelecer
	punições aos servidores que participassem
	de movimentos grevistas ou paralisações.
Salário mínimo, sem índice de reajuste - medida provisória 1906/97,	O governo desvinculou o reajuste do piso
	salarial de qualquer índice de inflação. A
	correção deste é, agora, definida pelo
	governo, sem a referência indicativa do
	comportamento dos preços na economia.
	Essa medida afeta o processo das
	campanhas salariais e das negociações
	coletivas entre sindicatos e empresas, uma
	vez que, historicamente, o reajuste e valor
	do salário mínimo servem de referência

para os salários de base dos trabalhadores, organizados ou não em sindicatos. Têm efeito também sobre o valor da remuneração de pensões e aposentadorias, atingindo, sobretudo, as camadas mais pobres entre os beneficiários dessa modalidade de rendimento.

Trabalho em tempo parcial (menos de 25 horas semanais) Medida provisória 1.709/98

Regulamenta o trabalho parcial, admitindo uma jornada de até 25 horas semanais, com a remuneração e os demais direitos trabalhistas determinados pela duração da jornada semanal. Caso a jornada tenha sido de 25 horas, a perda salarial será de 40% em relação ao ordenado integral. **Férias** direitos outros serão proporcionais à jornada, o que implica fim do direito constitucional de 30 dias de férias por ano trabalhado. Esse período pode ser reduzido para 8 dias e não há qualquer limite para a empresa utilizar esse tipo de contrato, uma vez que a MP não prevê a participação do sindicato na negociação da jornada parcial.

Suspensão do contrato de trabalho Medida Provisória 1.726/98

Prevê a suspensão do contrato de trabalho por um tempo indeterminado, período em que o trabalhador deverá ser encaminhado a um processo de qualificação ou requalificação profissional. No tempo de suspensão do contrato não são garantidos o depósito do FGTS, a contagem de tempo para efeito de aposentadoria, o 13° salário

e as férias.

Fonte: Krein (2004: p.144-147). Elaborado por Borges (2004).

De acordo do Rosemayre apud Borges(2014) essa e tantas outras medidas foram tomadas pelos governos neoliberais nos anos 90 que afetaram a classe trabalhadora. Em síntese essas mudanças flexibilizaram as relações de trabalho em favor do capital, privilegiando as negociações coletivas invés da legislação trabalhistas, possibilitando explorar mais a força de trabalho, ao mesmo tempo em que reduz os postos de trabalhos, os direitos trabalhistas e dificulta a organização sindical. A consequência disso foi o aumento da terceirização e dos trabalhos informais, redução de salários e o aumento do desemprego como mostra o gráfico:



Gráfico 03: Taxa de desemprego médio anual.

Fonte: MTE (2010).²⁸

O gráfico acima demostra a perversidade dos governos e reformas neoliberais no Brasil para os trabalhadores, em 1990 a taxa de desemprego abaixo de 5% chegando alcançar índices assustadores, acima de 12%. É importante ressaltar novamente que a

^{28 &}quot;A evolução da taxa de desemprego". Disponível em: http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-evolucao-da-taxa-de-desemprego>. Acessado em 01/10/2015, às 22h12min.

partir deste momento, majoritariamente os empregos são terceirizados, temporários, com salários menores e muitas vezes sem proteção da CLT, ou seja, quase totalmente desregulamentado. Além disso, a classe trabalhadora sofreu com os altos índices de inflação, de juros, impostos, além da precarização e atém mesmo a privatização de serviços e empresas públicas. No Gráfico demostra que só a partir das eleições de Lula e Dilma, do Partido dos Trabalhadores, foi que a taxa de desemprego caiu até os patamares de 5%.

Diante desses diversos cenários pós-redemocratização do país, se faz necessário analisar como os sindicatos atuaram dentro desta complexa conjuntura.

2.3- CRISE NO SINDICATO BRASILEIRO: A CUT NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX.

Aqui quero destacar alguns pontos importantes para o sindicalismo no Brasil durante a década de 90. Mundialmente o sindicalismo entrou em crise por diversos fatores. O marco desta crise está no processo de reestruturação produtiva do capital, o advento do neoliberalismo nos anos 1970, e a queda do Muro de Berlim em 1989.

É importante novamente ressaltar que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva afetaram profundamente a subjetivamente de toda classes trabalhadora. No Brasil, a crise nos sindicatos e da esquerda em geral, dá seus primeiros sinais no final dos anos 80, depois do auge do Novo Sindicalismo, alastrando-se na década seguinte, alcançando os níveis mais baixos do descenso da luta de massa. Sobre esse período Boito descreve que:

A consagração eleitoral da plataforma neoliberal e as demais mudanças ocorridas na conjuntura nacional e internacional em 1989-91 colocaram a iniciativa política nas mãos da frente conservadora. A conjuntura impunha um recuo ao movimento sindical, isto é, a concentração da luta na defesa de posições que, se até então pareciam consolidadas, se encontravam agora ameaçadas. Não que fosse necessário o sindicalismo abandonar as palavras de ordem contra o modelo econômico capitalista dependente. Porém, tais palavras de ordem poderiam ser deslocadas, fundamentalmente, para o terreno da propaganda e da agitação (BOITO, 2000).

Irei destacar a CUT, pelo fato que o METABASE Carajás desde a sua fundação é filiado a esta central sindical. No mais, a CUT aparece como a mais importante centra sindical do país desde os anos de 1980, vindo de uma grande experiência combativa contra o capital e o Estado, sendo fundamental para o processo de redemocratização do Brasil. Entretanto, começa a mudar sua ação sindical condicionada por fatores políticoideológicos, como a eleição e as medidas aplicadas pelos governos neoliberais de Collor (Partido da Reconstrução Nacional - PRN) e FHC (PSDB), por questões internas e externas, se distanciando das ideias e práticas socialistas e se entregando a lógica do capital. Antunes destaca como elemento externo que impactaram a esquerda em geral e consequentemente os sindicatos foi "o desmoronamento da União Soviética e do Leste europeu, ao final dos anos 80, teve enorme impacto no movimento operário. Bastaria somente lembrar a crise que se abateu nos partidos comunistas tradicionais, e no sindicalismo a eles vinculado" (ANTUNES, 2013; BOITO 2000); e "A recessão da social democracia, que passou a atuar de maneira mais próxima da agenda neoliberal" (ANTUNES, 2013; BOITO, 2000).

Internamente e na prática, a CUT, começa a ser dirigida pelos seus setores mais conservadores. Ao mesmo tempo a CUT se ver completamente perdida nessa nova estrutura perversa do mundo do trabalho, assim como as demais centrais sindicais, iniciam a construir um sindicalismo de caráter neocorporativista, deixando-se submeter pela lógica da empresa e se distanciando cada vez mais das perceptivas de classe e de sua base (ALVES, 2011). Em 1992 a CUT se filia à Ciosl (Central Internacional de Sindicatos Livres), que é ligada ao sindicalismo estadunidense, a socialdemocracia europeia e ao Imperialismo norte-americano (MATTOS, 2009; BOITO, 2000). A CUT fez isso não só pela aproximação político-ideológica, mas para não deixar de receber os recursos financeiros da Ciosl.

A direção da CUT não lutou para acabar com o Imposto Sindical que retira compulsoriamente do salário dos trabalhadores recursos que são destinados até mesmo para sindicatos e centrais fantasma e conservadoras, que se não fosse por esse imposto, provavelmente esses organizações nem existiriam (MATTOS, 2009). A CUT também não combateu de maneira incisiva as reformas trabalhistas neoliberais implementadas principalmente no governo FHC.

Neste período os sindicatos foram perdendo a capacidade de organizar greves

gerais por categoria, no máximo aconteciam greves por empresas e sem pautas políticas transformadoras que questione o capitalismo neoliberal. Desta forma, os capitalistas forçavam os sindicatos a negociarem coletivamente de forma descentralizada e por empresa (COSTA, 2002). Em 1995 aconteceu a greve dos petroleiros, a única de caráter político que denunciou a política neoliberal do governo FHC²⁹.

A CUT começou a praticar um sindicalismo propositivo dentro dos parâmetros da sociedade capitalista, deixando a oposição e a pressão ao capital e ao Estado de lado, focando sua atuação num sindicalismo de cunho neocorporativista³⁰, priorizando estarem nos conselhos de políticas públicas³¹, nos fóruns tripartites³² e nas câmaras setoriais³³, espaços criados para dialogar e propor conciliações, com intuito de evitar conflitos entre Capital e trabalho. Desta forma, a CUT acabou reduzindo seu potencial de enfrentamentos e lutas por diretos, como as greves, que sempre foram formas essenciais para conquistar ou preservar os direitos trabalhistas. A CUT reduziu o seu sindicalismo ao dialogar com o governo neoliberal do FHC e com Capital Industrial e Financeiro, num momento de forte ofensiva contra a classe trabalhadora. Chegando ao ponto de pensar formas de ajudar as empresas a se reerguerem, como ocorreu no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, quando o setor automobilístico estava em crise (Alves, 2003). É claro, não nego que durante todo o período do governo FHC a CUT cumpriu papeis importantes, como fez greves e manifestações importantes, como aconteceu durante o processo de privatização da CVRD, plebiscito e manifestações contra a ALCA, seu posicionamento contrário à reforma trabalhista que previa o predomínio do negociado sobre legislado (MATTOS, 2007). Todavia, a estratégia central de sua

²⁹ A greve dos Petroleiros em 1995 durou trinta e dois dias. Os grevistas protestaram contra as políticas neoliberais do FHC, que queria privatizar a Petrobrás e o petróleo brasileiros. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-anteriores/32292-greve-historica-dos-petroleiros-completa-15-anos. Acessado em 15/10/2015.

³⁰ No corporativismo na era Varga, os sindicatos estavam sobre a tutela do Estado, no neocorporativismo nos tempos atuais, o sindicatos tem a ilusão que podem influenciar nas decisões do governo ao seu favor participando dos espaços tripartite.

³¹ Os conselhos de Políticas Públicas são espaços criados dentro da estrutura do Estado, constituído por representantes dos governos, empresarias e da sociedade civil com intuito de pensar e construir propostas de políticas governamentais e estatais.

³² Os fóruns tripartite são espaços não governamentais, constituído pela sociedade civil, governos e empresas para pensar, articular e propor políticas públicas estatais e de governo.

³³ Câmaras setoriais são espaços de negociação de acordos trabalhistas onde os sindicato buscam melhorias para o seu "setor", chegando a gerar até conflitos entre os sindicatos de diferentes categorias, fomentando o egoísmo, provocando mais fragmentação das organizações da classe trabalhadora constituído pelos empresários, lideranças sindicais e representantes do governo.

atuação sindical naquele período não era mais a mobilização da classe trabalhadora.

2.4- OS SINDICATOS NO SÉCULO XXI

Um marco importante acontece em 2002, onde um ex-sindicalista, Luiz Inácio Lula da Silva, é eleito presidente da república no Brasil, após o desastre na qual o povo sentiu na pele as políticas neoliberais aplicadas irresponsavelmente pelo governo FHC. Apesar de ser um governo que tem origens nos movimentos sindicais e populares, onde Lula foi uma grande liderança sindical, ajudou a funda a CUT e o PT, também foi responsável por importantes greves durante a Ditadura Militar. Mas para chegar ao poder Lula e o PT tiveram que fazer alianças com diversos setores da burguesia, formando um governo de composição de diversas classes e frações de classes (parecido com a experiência da socialdemocracia europeia), com diversos interesses antagônicos dentro do governo. Além disso, Lula e o PT se comprometeram em "respeitar e honrar os contratos e obrigações do país³⁴", ou seja, não mexer e nem contrariar os interesses da burguesia.

Por consequência de suas alianças com diversos setores da burguesia e da classe trabalhadora, o governo Lula articula um modelo político-econômico que ficou conhecido como neodesenvolvimentismo, que combina um padrão econômico de altos investimentos em grandes projetos no setor energético, agronegócio e mineração, para exportação de commodities, na qual, durante um bom período esses os produtos primários mantiveram bons preços no mercado internacional.

Assim o governo melhorou a economia e destinou parcela do orçamento do governo para diversas políticas sociais que beneficiou a população mais pobre, como: Bolsa Família, REUNI, PROJOVEM, PRONAF, políticas afirmativas, etc. Ressalto que o neodesenvolvimentismo não rompe e nem barra o desenvolvimento do neoliberalismo

A Carta ao Povo Brasileiro foi elaborada e publicada por Lula, mas escrita pelas principais lideranças do Partido dos Trabalhadores. Em síntese, através da carta o PT demonstra que irá fazer um governo de conciliação de classes, composto pela burguesia nacional e os trabalhadores. Nela, o PT explicitamente afirma que não irá fazer reformas estruturais no país, não irá mexer nos privilégios das classes dominantes do país e internacional, ou seja, o comprometeu-se em pagar a dívida externa e interna. Para saber mais, acessar: http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml. Acessado em 15/05/2015 às 15h30min.

e muito menos ameaça a grandiosa lucratividade e a hegemonia do capital financeiro em nosso país, como Giovanni Alves afirma, que para "ir além do neoliberalismo, não é meramente uma questão de mudança de governo, mas de alteração da forma de Estado político" (2003). Por isso que a classe trabalhadora continuou perdendo direitos e o país continua mantendo altos índices de desigualdades sociais nestes últimos 12 anos, apesar de tirar milhões de família da extrema pobreza.

Esse marco político provocou novas mudanças no sindicalismo brasileiro, tendo a CUT novamente como principal central sindical, que no início dos anos 2000 mergulha profundamente num processo de burocratização principalmente após do PT assumir a presidência do Brasil. A CUT atuou mais como correia de transmissão para garantir os interesses do governo, do que representar os interesses dos trabalhadores, em diversos momentos chegando a se posicionar contra as greves dos servidores públicos. Sem falar, no continental distanciamento da perspectiva socialista. Essas posturas levaram diversos sindicatos a se desfilarem da CUT, e ao mesmo tempo começaram a construir outras centrais sindicais que não sejam subordinadas ao capital e ao Estado burguês.

CAPÍTULO III – VALE, PRIVATIZAÇÃO E O SINDICATO METABASE NO SUDESTE PARAENSE

A Companhia Vale do Rio Doce surge em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas, depois de um acordo em Washington para atender as demandas de minério de ferro dos Estados Unidos e da Inglaterra que tinham o intuito de produzir armamentos, que seriam utilizados na Segunda Guerra Mundial (GODEIRO, 2007).

No ano de 1945 acontece a primeira greve dentro da empresa, fato que foi apagado da memória social, já demonstrando a relação entre empresa e trabalhadores (Minayo, 2004). De acordo com Minayo (2004), a CVRD demitiu as lideranças da greve para acabar com os conflitos trabalhistas. Logo em seguida a empresa cria a Associação os Trabalhadores da Extração de Metais Básicos, que se torna o Sindicato Metabase de Itabira, onde a CVRD legitima e escolhe a direção do sindicato (MINAYO, 2004). Demostrando que historicamente a CVRD busca cooptar e domesticar os sindicatos. Ressalto principalmente como historicamente a empresa trata os trabalhadores que lutam por melhores condições de trabalho.

O Metabase é o Sindicato na Indústria da Extração Ferro, Metais Básicos do Ouro e Metais Preciosos e de Minerais não Metálicos. Em síntese, o METABASE é o sindicato dos trabalhadores mineiros. Desde sua criação na região de Carajás (fim dos anos de 1980) ele está ligado à CUT, ou seja, a linha política do Metabase Carajás é influenciada por esta central sindical, entretanto, essa filiação determina relativamente a atuação do sindicato.

Além do Metabase Carajás e Itabira, existe também em Minas Gerais o Metabase Inconfidentes, Ipatinga, Congonhas, Belo Horizonte; e Metabase Catalão, no Estado de Goiás, entre outros. No Pará, o Metabase começou a ser construído a partir da instalação do Projeto Grande Carajás. Ele representa 11 mil trabalhadores dos municípios de Marabá, Parauapebas, Canaã e Eldorado dos Carajás. Antes, os trabalhadores organizavam-se em uma associação, sendo representados por um sindicato do Amapá.

Como até o presente trabalho nenhuma pesquisa de caráter acadêmico foi realizada sobre o Metabase Carajás, uma das principais fontes de informações será as entrevistas dos trabalhadores mineiros. Os trabalhadores são entendidos aqui como

informantes privilegiados de sua própria vivência (MINAYO, 2004). Um dos fundadores do Metabase Carajás relata o processo de criação do sindicato

Começamos uma discussão com o sindicato de Macapá, que representava nós aqui e Amapá e (...) rolou mais dois anos, e aí, eles concederam realmente que nós fosse o os legítimos representantes dos trabalhadores aqui. Foi quando nós oficializamos o sindicato Metabase, sindicato dos trabalhadores (...) de Marabá, Curionópolis e Eldorado dos Carajás, Parauapebas. (Papa, ex-dirigente e um dos fundadores do sindicato Metabase Carajás).

A princípio os trabalhadores da Vale eram representados pelo sindicato do Amapá. Em 1988, com articulação dos trabalhadores da Vale na região, eles conseguiram fundar o Metabase Carajás. Já em 1989 o sindicato Metabase Carajás foi muito importante nos processos de greves em defesa dos trabalhadores, contra as políticas neoliberais, contra as privatizações, na articulação dos movimentos sociais, etc., como evidencia um dos fundadores do Sindicato Metabase Carajás:

A greve geral dos trabalhadores da Vale foi 1989. Nós tiramos uma estratégica, que nós só assinaria a pauta geral, com o fechamento de todas as pautas especifica da Vale, da Vale nacional, né? A nossa pauta aqui [Carajás] ela era mais complexa [...]

Também com apoio, tudo foi organização pelo Sindicato Metabase, até o MST aqui, foi da organizado pelo Sindicato Metabase [...] A direção do sindicato fazia uma assembleia, discutia e dizia que tava precisando do Papa, pelo um período de 6 meses! Ai, por exemplo, na época, eu sair pra mim dar um suporte de sustentação ao MST, mas nós saímos em nome do sindicato, à serviço do sindicato (Papa).

Neste discurso, demostra a atuação de um sindicato atuante, que representava os interesses dos trabalhadores mineiros de Carajás, mas que estava vinculado a diversos processos de lutas locais e nacionais, até para além das pautas dos trabalhadores de sua respectiva categoria, inclusive ajudou a fundar organizações camponesas na região,

como o MST, além de outros sindicatos. Isso se mantém na memória de muitas lideranças políticas da região. Sua base e direção tinham uma atuação e consciência muito avançada em relação à luta de classes contra o Capital na região sudeste do estado.

Não podemos esquecer que neste período no Brasil, hegemonicamente os sindicatos foram influenciados pelo que fico conhecido como "Novo Sindicalismo". Em 1989 foi o período que o Brasil teve o maior número de greves da história até aquele momento. É neste contexto que o Metabase Carajás surge e desenvolve-se.

Contudo, na década seguinte o Metabase Carajás, assim como todos os sindicatos brasileiros iriam enfrentar grandes desafios com a implementação do neoliberalismo, que levou a privatização da CVRD.

3.1- A PRIVATIZAÇÃO DA CVRD

As privatizações iniciam em 12/04/1990, seguindo a onda neoliberal que tomava de conta dos governos de diversos países pelo mundo afora. No Brasil foi instituído através da lei nº 8.031 o Plano Nacional de Desestatização (PND), que privatizou diversas empresas estatais estratégicas na área de siderurgia, petroquímica, fertilizantes, bancos, centrais elétricas, etc. Em cinco anos foram privatizadas mais de 30 empresas de acordo com relatórios do BNDS³⁵, a maioria vendidas pra capitais nacionais. A partir de 1995 a política de privatização foi intensificada com discursos de melhorar os serviços prestados aos brasileiros, foram privatizadas mais de 160 empresas estatais em menos de 10 anos.

Em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil privatiza a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), por apenas 3,2 bilhões de dólares, enquanto o seu valor real ultrapassa 90 bilhões de dólares, mesmo com fortes críticas e pressões dos movimentos populares, sindicatos e partidos de esquerda. Nesse período o sindicato Metabase Carajás organizou e participou de diversas manifestações contra a política de privatização do governo FHC (PSDB) pelo país.

³⁵ Documento do BNDS sobre os impactos do Plano Nacional de Destatização. Disponível em:md/Priv Gov.PDF>. Acessado em 15/07/2015 às 00h41min.

Além disso, quando a Vale foi privatizada ela passou a ter o domínio e monopolizar quase todas as reservas de minérios do país. No Brasil as reservas de minério de ferro estão

["Nós temos"] 49,0% de [reservas de] ferro, representam 13,6% das reservas mundiais [...]Os principais estados brasileiros detentores de reservas de minério de ferro são: Minas Gerais (72,5% das reservas e teor médio de 46,3% de Fe), Mato Grosso do Sul (13,1% e teor médio de 55,3%) e Pará (10,7% e teor médio de 64,8%), A produção mundial de minério de ferro em 2013 está estimada em 3,0 bilhões de toneladas (praticamente a mesma quantidade registrada no ano anterior). O Brasil foi o terceiro maior produtor mundial (13,1%) [...] A produção brasileira de minério de ferro em 2013 atingiu 386,3Mt (milhões de toneladas), com um teor médio de 63,6% de ferro. Em relação a 2012 houve uma diminuição de 3,6%, causada pelas condições climáticas adversas no final do ano nas Regiões Norte e Sudeste e pelo atraso no recebimento das licenças ambientais para a lavra de seções de algumas minas da VALE S/A, o que impediu a sua operação em plena capacidade. O valor da produção somou R\$ 63,3 bilhões (+14,3% em comparação com o ano anterior) e representou 59,3% do valor da produção mineral brasileira. Por estado a produção ficou assim distribuída: Minas Gerais (68,8%), Pará (27,3%), Mato Grosso do Sul (2,0%) e Amapá (1,6%). As principais empresas produtoras foram: VALE S/A (MG, MS e PA), Samarco Mineração S/A (50,0% VALE) (MG), Companhia Siderúrgica Nacional-CSN (MG), Mineração Usiminas (MG), Itaminas Comércio de Minérios (MG), MMX Sudeste Mineração (MG) e Anglo Ferrous Ampá Mineração (AP) que, juntas, foram responsáveis por 89,9% da produção (Ministério de Minas e Energia – DNPM - Sumário Mineral de Ferro).

Somente a Vale S/A produziu em 2013 cerca de 193,15 milhões de toneladas de minério de ferro no Brasil. A China, que na ultima década apresentou um surpreendente crescimento econômico, colocou em ação um imenso projeto de urbanização do país, tornando-se a maior consumidora do minério de ferro do mundo. Assim, nesses últimos

anos, observamos a China no controle do preço dessa commoditie no mercado mundial. É importante destacar, que as commodities apresentam uma grande variação de preços no mercado mundial. Vamos acompanhar essas variações do preço do minério de ferro nos últimos cinco anos.

Gráfico 04: Preço do ferro no mercado mundial (1 tonelada)



Fonte: Vale S/A³⁶.

Podemos perceber que no gráfico: a) que em janeiro de 2011 o preço do ferro chegou a nível alarmante de especulação financeira, sendo cotado a mais de US\$ 180 dólares, uma tonelada; a China tem ditado o preço do minério de ferro no mundo; b) em 2013 o ferro recuperou o preço do ferro em relação a 2012 que esteve em baixa, chegando aos patamares de US\$ 80 dólares a tonelada, mas em 2013 tivemos grandes variações, ficando numa média de US\$ 140 dólares a tonelada; c) em 2015, o preço do

³⁶ No "Índices de Minério de Ferro", a Vale S/A informações sobre os preços do minério de ferro no mercado mundial nesses últimos anos. Disponível em: < http://www.vale.com/brasil/PT/business/mining/iron-ore-pellets/Paginas/Iron-Ore-Indices.aspx>. Acessado em 16/10/2015, às 21h07.

ferro está em baixa, chegando em julho de 2015 no preço de US\$ 40 dólares a tonelada (sendo que o preço de custo de produção é de US\$ 19 dólares a tonelada).

Essa é a pior crise desde a privatização da Vale em 1997. Como esses dados, podemos fazer os cálculos que em 2013 a Vale obteve um lucro líquido de US\$ 27 bilhões de toneladas.

O preço médio de custo de produção como demostra o gráfico ficou em US\$ 40 por tonelada. Com essa a crise financeira atual a Vale quer reduzir mais ainda o preço de custo de produção, para compensar os baixos preços da commoditie de ferro no mercado mundial³⁷.

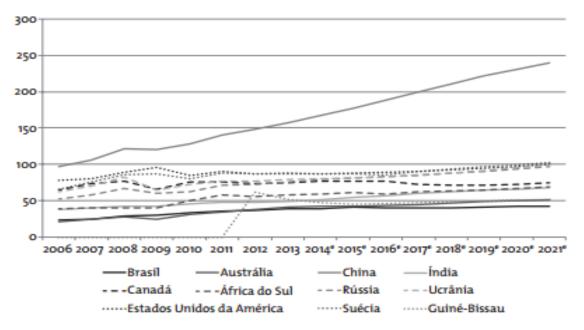


Gráfico 04: Variações do preço médio de custo de produção

Fonte: BNDS apud CRU (2013).

Desta forma, a Vale teve um lucro líquido de US\$ 19,3 bilhões, só com minério de ferro no Brasil. Disso tudo em 2013 ela só repassou 2% do lucro líquido. Ou seja, a Vale S/A só repassou o equivalente a US\$ 386 milhões. Com o dólar em média R\$ 2,28 reais, os cofres da União receberam apenas R\$ 880 milhões. Esse é o verdadeiro saque

^{37 &}quot;Vale quer reduzir custo de minério de ferro em mais US\$ 2 a tonelada". Disponível em: < http://www.valor.com.br/empresas/4029708/vale-quer-reduzir-custo-de-minerio-de-ferro-em-mais-us-2-tonelada >. Acessado em 16/10/2015, às 9h35min.

ao povo brasileiro. Fora o que a empresa Vale S/A sonega de impostos³⁸.

Pela Constituição Federal, os minérios pertencem ao povo brasileiro. Como abordei no início deste trabalho, há uma acumulação por espoliação³⁹ dos minérios brasileiro, que foi intensificado com a privatização da Vale⁴⁰.

3.2- OS EFEITOS DA PRIVATIZAÇÃO DA VALE PARA OS TRABALHADORES MINEIROS E O SINDICATO METABASE CARAJÁS

Apesar dos diversos trabalhos acadêmicos produzidos sobre a privatização da Vale, ainda não temos a dimensão real que esse processo provocou aos cofres, a sociedade brasileira, aos trabalhadores mineiros e ao sindicato Metabase Carajás. Entrevistando os trabalhadores mineiros que vivenciaram essa transição da Vale estatal para privada, percebemos que um dos principais impactos foi nas relações de trabalho dentro da empresa:

E pro trabalhador nessa época para sair da Vale do Rio Doce, pra ser demitido, tinha que cometer... tinha que roubar, comprovadamente dentro da empresa, ou cometer um ato, alguma coisa grave. Mas o empregado não era demitido assim. Havia uma situação, que tinha que ser encaminhado pro Rio de Janeiro, que onde existe a sede da empresa, e isso era analisado, e tomava-se a decisão (Saulo, exfuncionário da Vale, aposentado, atualmente contribuí com a associação dos trabalhadores lesionados por acidente de trabalho na mineração).

Na fala do Saulo percebemos antes da privatização o trabalhador tinha uma

³⁸ Presidente Dilma (PT) e ex-prefeito Darci Lermem (PT) denunciaram a sonegação de impostos da empresa Vale. Disponível em: < http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0, EMI231505-15223,00.html >. Acessado em 16/10/2015, às 22h04min

³⁹ Idem nota 7.

⁴⁰ Documento do DNPM (que é ligado ao Ministério de Minas e Energia do Governo Federal), sobre as reservas de ferro disponíveis no Brasil e no Mundo. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/ferro-sumario-mineral-2014>. Acessado em 16/10/2015

maior segurança em permanecer no emprego, mas que com a privatização essa estabilidade acaba, tornando-se mais corrente as demissões de funcionários.

A Vale preocupou-se principalmente em demitir os trabalhadores que apresentavam interesse em organizar chapas para disputar o sindicato e lutar por melhorias salarias e trabalhistas. Isso fica evidente na fala do Antônio Roberto da Associação dos Lesionados:

Foi depois da privatização, a empresa entendeu que ela teria que comprar o sindicato, e ela comprou mesmo. Por que, eu me lembro de um álbum das relações trabalhistas da Vale, ele era muito integrado aos funcionários. E eu percebi que ele ia aos campos de futebol e estudava o trabalhador e sabia que o trabalhador não iria aguentar essa pressão. E todos que se opunham contra, ele minava da empresa antes que formasse uma chapa. As relações trabalhistas da empresa trabalhando como funcionário comum, se infiltrava dentro da empresa, no futebol no voleibol, ali onde os trabalhadores tava, e ai e todos que tentassem fazer, ele demitia antes (Antônio Roberto, trabalhador mineiro que foi lesionado pela Vale).

A Vale usa de métodos ilegais, a infiltração, como demonstra a fala de Antônio Roberto, para evitar que os trabalhadores se organizem para lutar por seus direitos. Em 2013, um ex-gerente de segurança da Vale também denuncia a espionagem que a empresa realizava contra os movimentos sociais, sindicatos e aos seus funcionários. A Vale também usa processo institucionais para avaliar os funcionários

Tem umas reuniões participativas da empresa, se chama "reunião participativa". Dentro das reuniões participativas, as pessoas respondem vários questionários, colocadas por empresas de consultorias de fora, dizendo que é uma consultoria externa, fazendo um estudo para melhorar a qualidade de vida do trabalhador. Ele [trabalhador] responde tudo que é insatisfeito. Ai ela [VALE] pega os potenciais insatisfeitos e visa o que ele pode melhorar. Ainda pede outro questionário com "o que você faria pra melhorar", "eu falei isso, isso, mais isso, (...) mas o sindicato não atua, e tal, (...) Esses, todos

Com essa avaliação, a Vale demitiu todas as lideranças políticas do sindicato Metabase da época estatal, os funcionários insatisfeitos que tinham interesses em participar do sindicato. No lugar dessas pessoas, a Vale contratou trabalhadores mais jovem para estarem na empresa por trabalharem mais, produzem mais, com baixos salários e que demostra desinteresse por questões políticas e sindicais.

Tudo isso, vem de encontro com a captura da subjetividade, ou seja, ter o controle ideológico sobre os trabalhadores para não voltar-se contra a empresa, ao mesmo tempo em que prepara a cooptação, desunião e a dominação dos sindicatos, coisa que não aconteceu apenas com o Sindicato Metabase Carajás, mas praticamente todos os sindicatos dos trabalhadores mineiros:

Os sindicatos, eu diria, que estavam acostumados com a cultura estatal, e a privatização também trouxe alguns prejuízos de mobilização para os sindicatos. Por que uma estatal, ela já tinha muitos benefícios e até algumas regalias. Os sindicatos, eu entendo que muitos sindicatos ligados a Vale, que esses sindicatos Vale, a maioria só representavam a Vale. E a mudança de cultura de estatal para capital privado ela é brusca e alguns sindicatos não conseguiram se arrumar até hoje. Por que eles continuam querendo discutir a Vale estatal com Férias Premium, não sei o quê, e esqueceram de evoluir pra entender que a Vale não é mais uma estatal e que a vale é uma empresa de capital privado e tem que ser dado um tratamento diferenciado. Vale estatal para alguns paternalistas já acabou né?! E a Vale capital privado existe e alguns sindicatos precisam se ajeitar e se organizar. E a Vale conseguiu criar uma desunião muito grande nos sindicatos, estrategicamente, e os sindicatos começou a se ajeitar mesmo de uns seis, cinco a seis anos pra cá, que os sindicatos começaram a entender que a Vale estatal tinha acabado e estão precisando se organizar, começar brigar de igual pra igual com a Vale (Eduardo Santana, Direção do Metabase Carajás).

Eduardo da direção do Metabase, deixa explicito como a privatização impactou

profundamente: a) os sindicatos da categoria, dificultando a mobilização e a luta, conseguindo cooptar e dividir os sindicatos; b) as conquistas dos trabalhadores, que até os dias atuais têm os direitos ameaçados, perseguidos e perdidos (é interessante como Eduardo Santana chama alguns benefícios de "regalias"); c) reduziu consideravelmente os salários dos trabalhadores; d) fragmentou e flexibilizou as relações de trabalho, terceirizando a maior parte da força de trabalho, que consequentemente precariza mais ainda as condições de trabalho dos mineiros.

Após a privatização a Vale conseguiu acabar com a unidade entre os sindicatos mineiros pelo país

As empresas, a Vale tinha uns serviços estratégicos, com alguns setores, de jogar sindicatos contra os outros, pra desestruturar, por que unidos somos fortes, separados não são ninguém, e a Vale trabalhou isso no passado, de desestruturar os sindicatos, sabia? Intrigas entre eles e os sindicatos "ah, o sindicato tal tá falando mal de mim em tal lugar, outro tá falando mal". Então, a Vale conseguir semear essa sementinha do mal e fez muitos sindicatos brigar entre eles, separar, e ai espatifou, e a Vale pegou o controle, pois negociava com um sindicato uma coisa, com outro a mesma coisa, mas ninguém sabia o que tava rolando, até que os sindicatos se organizarem e criarem na época o chamado Coordenação Sindical, depois criou a Coordenação Única, e alguns sindicatos não entraram, e depois criou o chamado CUT-VALE, e depois criou, ai criou, depois nasceu o grupo Renovação, que eram um grupo de sindicatos de um lado e de outros, para não negociar em mesas separadas, chegou a ter três organização CUT-VALE, Renovação, e um tal de independentes. E agora felizmente já melhorou um pouco porque hoje existem dois grupos, eu acho que é "União e Lutas" e... sabe, eu tô um pouco perdido, mas eu tenho certeza do grupo Renovação e do outro que era coordenação única que tá com outro grupo, então, existe esses dois grupos de sindicatos nas negociações de acordo coletivo, um são 15 sindicatos majoritários, e nesses quinze majoritário um oito senta num lugar e sete senta em outro, já está menos ruim por que já foi espatifado no passado, estão num processo de evolução (Eduardo Santana).

Esta fala da direção demostra as eficientes estratégias da empresa para dividir os sindicatos durante as negociações dos acordos coletivos. Também aparece as estratégias que os sindicatos ligados a Vale criaram para superar essa fragmentação provocada pela forma que a Vale passou a atuar depois da privatização.

De acordo com os trabalhadores, o sindicato Metabase Carajás depois da privatização começou a apresentar problemas no que tange a democracia interna. O trabalhador Ricardo Santos afirma que

Outro detalhe é que não há mudança de direção por mais que haja eleição para uma nova diretoria as outras chapas são sempre desclassificadas por algum motivo, entra processo na justiça, vence o tempo e já é outra eleição e a diretoria é a mesma (Ricardo Santos, trabalhador mineiro da empresa VALE).

Uma matéria do site Brasil de Fato denuncia também essa realidade antidemocrática do sindicato Metabase Carajás: "Há 20 anos não existiam eleições para concorrer à presidência do sindicato Metabase de Carajás, no Pará – um dos maiores sindicato mineiro do país, com aproximadamente 11.500 operários em sua base, dos quais cerca de 4 mil são filiados⁴¹" (Brasil de Fato, 2015). Há quase vinte anos o mesmo grupo está na direção do sindicato Metabase. A maioria dos trabalhadores destacam esse problema. E não é por falta de oposição sindical, que sempre existiu. Sempre que abre os processos eleitorais grupos de oposição inscrevem chapas, no entanto, a atual direção sempre recorre a Justiça do Trabalho, alegando irregularidades para impedir a participação dos grupos opositores. Desta forma, as eleições acontecem com a participação de apenas com a chapa que está no poder desde a privatização da Vale.

A oposição sindical afirma que a empresa Vale interfere nesse processo à favor da atual direção do Metabase, pois a atual direção do sindicato tem agido defendendo os interesses da empresa e contra os trabalhadores, principalmente nas negociações dos acordos coletivos.

Na crise econômica de 2008, a Vale fez demissões em massas de centenas de

⁴¹ O jornal Brasil de Fato denuncia os problemas do sindicato Metabase Carajás com o artigo "Vale controla sindicalismo em Carajás". Disponível:<http://www.brasildefato.com.br/node/30996>. Acessado em 30/09/2015 às 16h30min.

trabalhadores⁴²⁵², ao mesmo tempo que aumentou consideravelmente a exploração da força de trabalho que permaneceram na empresa. No entanto, o sindicato não realizou nenhuma paralização ou greve para evitar as demissões ou denunciar a exploração dos trabalhadores. Dado a paralesia do sindicato, os trabalhadores que foram lesados pela empresa buscaram outros caminhos para tentar garantir seus direitos, como mostra no gráfico abaixo:

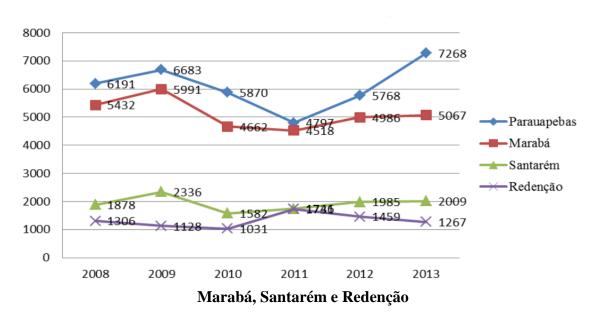


Gráfico 05: Movimentação das ações nas Varas do Trabalho de Parauapebas,

Fonte: SeEST/SEGES/TRT8 apud Bezerra (2014).

Esse gráfico mostra que das cidades do interior do estado do Pará, Parauapebas tem o maior fluxo de ações trabalhistas. Os trabalhadores tem recorrido principalmente a 4ª Vara do Trabalho de Parauapebas, processando a Vale e as suas empresas contratadas (terceirizadas), levando a um processo de judicialização da luta dos trabalhadores mineiros, que tem congestionado o órgão judicial. Estes dados indicam como é a mineradora Vale tem violado os direitos dos trabalhadores, mas também revela como os trabalhadores individualizaram a luta contra empresa, por inexistir alternativas coletivas

⁴² Vale demite 1,3 mil trabalhadores em todo mundo, sem contar os trabalhadores terceirizados, que é a grande maioria. Em Carajás houveram muitas demissões. Disponível em: < http://g1.globo.com/Noticias/Economia Negocios/0,.MUL909665-9356,00-DEMISSOES+NA+VALE+SAO+COERENTES+COM+CENARIO+ECONOMICO+DIZEM+ESPECIALISTAS.html>. Acessado em 04/08/2015, às 18h39min.

de enfrentamento, que historicamente (como vimos no primeiros capítulo) é tarefa do sindicato.

Tudo indica que esse processo foi minunciosamente planejado pela Vale. O objetivo dessas mudanças se evidenciou ao longo desses dezoito anos de privatização que em síntese é: a) controlar ideologicamente os trabalhadores e os sindicatos; b) reduzir e/ou flexibilizar os direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores através dos sindicatos; c) reduzir salários ao mesmo tempo aumentar a produtividade; d) intensificar e acelerar o processo de terceirização, quarteirização do trabalho, isto é, precarizar mais ainda o trabalho na mineração, ao mesmo tempo em que reduz custo e aumenta a produtividade, ou até reprimarizar dependendo do contexto econômico. Esse processo foi possível com o cooptação do sindicato Metabase Carajás, que se deu após a privatização da Vale.

3.3- QUESTÕES ATUAIS DO SINDICATO METABASE CARAJÁS

Agrande maioria dos trabalhadores não assumem a identidade de trabalhadores mineiros. Os trabalhadores se identificam mais como "trabalhadores da Vale", isso reflexo da captura da subjetividade dos trabalhadores, como afirma Giovane Alves: "Ele – o toyotismo – representa a nova prática (e ideologia) do espírito capitalista na produção, cujo traço principal é a elevação da fragmentação da classe e a constituição de dispositivos organizacionais de novo tipo voltados para a captura da subjetividade do trabalho". É perceptível a presença desse fenômeno quando muito trabalhadores são indagados sobre o que acham da empresa Vale e do trabalho. A maioria defende a empresa.

Por outro lado, entrevistei trabalhadores mineiros que são antigos na empresa e outros mais novos. É unânime, a grande maioria dos trabalhadores criticam o sindicato Metabase Carajás de alguma forma⁴³. Jorge Costa afirma que

^{43 &}quot;Justa Cobrança", artigo que trata das cobranças feitas pelos trabalhadores de forma individual, e acabou indo para um site da cidade, na mensagem o trabalhador exige respostas do sindicato no caso de trabalhador que foi morto no posto de trabalho, entretanto, o sindicato não se posicionou em favor dos trabalhadores, preferiu ficar em silencio. Disponível em: < http://www.zedudu.com.br/?cat=265>. Acessado em 23/09/2015, às 18h51min.

Toda vez que vai ter negociações eles apresentam em boletim propostas que são exageradas e que caem em descrédito pelos trabalhadores. Quando vem a conta proposta da empresa eles a aprovam em assembleias sem realmente ouvir o interesse dos trabalhadores (Jorge Costa, trabalhador mineiro. Eletricista de alta tensão).

A revolta contra a forma que o Metabase Carajás vem atuando fez com que os trabalhadores se organizassem e montassem em 2014 uma chapa contra atual direção. Anísio Teixiera, uma das lideranças da chapa de oposição afirma uma série de problemas que ainda persistem:

É a primeira vez, nessas duas décadas, que um grupo de trabalhadores conseguiu inscrever uma chapa para eleição sem ser derrotada nos bastidores. Segundo os trabalhadores, a mineradora Vale age com demissões, retaliações à carreira dentro da empresa e assédio moral para quem pensa ou tenta formar outra chapa (Anízio, trabalhador mineiro - oposição sindical).

Os trabalhadores que vem fazendo ações importantes, denunciando a falta de democracia no Metabase Carajás e contra os abusos da empresa. Todavia, a oposição sindical estar sendo perseguida, inclusive, recentemente a Vale demitiu as principais lideranças da oposição⁴⁴. Sem contar que isso é prática ilegal, que fere a Consolidação das Leis Trabalhista (CLT). Com isso, a disputa pelo sindicato está passando pela Justiça em dois processo, um contra as demissões dos membros da "chapa 2", e o outro é pra "chapa 2" ter direito de participar das eleições, pois a comissão eleitoral deu como irregular a inscrição da chapa opositora. Logo teremos o resultado da justiça. Maurício ainda denuncia a Vale: "Percebesse nitidamente até um pouco de desespero da própria empresa em querer finalizar o processo a todo custo" (Mauricio, trabalhador mineiro – oposição sindical). Nesta fala, a oposição sindical afirma que a Vale está intervindo para não deixar a oposição sindical disputar a direção do sindicato Metabase.

_

[&]quot;Mineradora Vale demite candidatos ao sindicato da categoria em Carajás". Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/node/32733 >. Acessado em 02/10/2015, às 09h19min.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que para os senhores não é possível

Nos pagarem um salário justo

Tomaremos nós mesmos as fábricas

Considerando que sem os senhores, tudo será melhor para nós.

Considerando que os senhores nos ameaçam

Com fuzis e canhões

Nós decidimos: de agora em diante

Temeremos mais a miséria que a morte.

(Bertold Brechet – Os dias da Comuna: Resoluções)

No capítulo anterior vimos que o Metabase Carajás surgiu como um sindicato combativo, que lutava pelos direitos dos trabalhadores mineiros, organizando greves e paralizações, inclusive, contribuindo para a criação de novos sindicatos e movimentos sociais na região. Entretanto, após a privatização da Vale, a empresa demitiu gradativamente os funcionários vinculados ao sindicalismo combativo do Metabase Carajás. Posteriormente, apoiou de forma velada um grupo para assumir a direção do sindicato. Esta nova direção mudou completamente a forma de atuação do Metabase Carajás, tornando o sindicato burocratizado e distaciado das lutas dos trabalhadores. O Metabase Carajás deixou de fazer formação política para conscientizar os trabalhadores para lutar por seus direitos. Consequentemente deixou de organizar greves e paralisações para obtenção de melhorias nas condições de trabalho. Atualmente o Metabase se limita a intermediar as homologações de rescisão de contrato e as negociações dos acordos coletivos.

Nesse sentido, podemos perceber como as medidas neoliberais, entre elas, a privatização da Vale, incidiu na organização política da classe trabalhadora, desencadeando uma crise no Metabase Carajás, levando a sua burocratização.

Consequentemente, o sindicato Metabase Carajás deixou de cumprir o seu papel histórico, do ponto de vista otimista de Marx, Engels, Lênin e Rosa Luxemburgo que é lutar por melhores condições de trabalho em um sistema onde os capitalistas tentam explorar ao máximo a força de trabalho. O Metabase está mais de acordo com as críticas que Gramsci (1981) apontavam no sentido que os sindicatos estão presos a

estrutura burguesa e que sua tendência é burocratizar-se.

Por outro lado, os trabalhadores mineiros da Vale e das diversas empresas terceirizadas estão mais próximo do que Rosa Luxemburgo destacava como a importância dos movimentos espontâneos das massas, pois a maioria das greves e paralisações que existem na região de Carajás, os trabalhadores realizam sem a contribuição dos sindicatos. Isso acontece por conta que os trabalhadores sentem na pele a exploração e as condições insalubres de trabalho e não esperam dos sindicatos nenhuma iniciativa de greve.

Os sindicatos tem papel fundamental, para evitar os abusos imposto pelas empresasl, principalmente no momento de crise do sistema capitalista, onde o capital é forçado a reconfigurar as formas de organização do trabalho e demitir sem comprometer a produtividade. Inclusive a Vale está batendo metas de produção⁴⁵, aumento os níveis de exploração da força de trabalho.

Compreendo que não é só mudar a direção que vai fazer o sindicato mudar seus rumos, no intuito de fazê-lo combativo e representar de fato os interesses da classe trabalhadora, é necessário que os próprios trabalhadores se apropriem do sindicato, participando ativamente dos seus processos de luta contra a exploração sem limites do capital. Para isso, se faz necessário um processo de conscientização dos trabalhadores, para que compreendam a importância do sindicato como uma forma de luta coletiva, compreendendo que a força dos trabalhadores está na capacidade de paralisar a produção.

Para os acionistas da Vale alcançar lucros extraordinário, a empresa precisou da: submissão do Estado para privatizá-la, reduzir seus impostos e compensações financeiras, além de pressionar para cada vez mais flexibilizar as leis trabalhistas, ou seja, cumpri fielmente as medidas neoliberais; Ao mesmo tempo, precisa visceralmente da submissão do Sindicato para garantir a intensa exploração da força de trabalho, e conter os conflitos entre capital e trabalho.

Alair Bihr destaca alguns desafios para a construção do sindicalismo combativo nos tempos atuais:

70

⁴⁵ Vale S/A bate recorde na produção no primeiro trimestre de 2015 (aumento de 4,9%). Acessado em 13/10/2015: http://www.valor.com.br/empresas/4016620/producao-de-minerio-da-vale-sobe-49-no-trimestre-e-bate-recorde.

O sindicalismo vertical, que privilegia a dimensão de categoria e profissional, herdada do período fordista, encontra-se aqui totalmente inadaptado. Somente um sindicalismo com estrutura horizontal, que privilegia a dimensão inter profissional, é adequado para organizar ao mesmo tempo trabalhadores permanentes, instáveis e desempregados." (BIHR, 1998, p.101)

Em outras palavras, o Bihr que dizer é que o sindicalismo terá que se reinventar, pois o seu *modus operandi* atual não afeta o capital como antigamente, pois o mesmo também reconfigurou as formas de explorar a classe trabalhadora. A terceirização que gera postos de trabalho instáveis e o desemprego são estruturais, compõe a maior parte da força de trabalho neste momento histórico. É necessário os sindicatos abragerem esses trabalhadores instáveis e desempregados. Além disso, o sindicato tem que deixar de ser apenas um movimento economicista, preso a zona de conforto de sua categoria ou dentro das empresas. É necessário transformar os sindicatos em um movimento político, ou seja, construir a luta para além do campo econômico, partindo para a luta política, tendo como horizonte a tomada de poder dos trabalhadores.

Para isso, é necessário retomar os sindicatos que as empresas conseguiram dominar. Somente fazendo trabalho de base⁴⁶ para conscientizar os trabalhadores, será possível construir a hegemonia da classe trabalhadora, para a classe trabalhadora, rumo à sociedade sem explorados e exploradores. Isso não é uma tarefa impossível, pelo contrário, a história brasileira demostra que os sindicatos quando reinventaram-se, foram fundamentais para a derrubada da ditadura militar, o próximo passo é derrubar a ditadura econômica do capital.

46 Idem 23.

REFERÊNCIAS

AGUENA, Paulo, Org. **O Marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

ARBIA, Alexandre Aranha. Sindicalismo e particularidade – excurso sobre a natureza e função do fenômeno sindical – ARTIGO CIENTIFICO.

ALVES, Giovanni. **Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil**. Tese de Doutorado, IFCH/Unicamp, Campinas, 1998.

ALVES, Giovanni.. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis, 2007.

ALVES, Giovanni. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-48.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Sindicatos, sindicalismo**. São Paulo, Ed LTr, 1992.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos.** Caderno Dívida Externa nº 6, 2º. ed., PEDEX, São Paulo, 1994.

BEZERRA, Rosemeyre Lima. O trabalho em tempos de flexibilização: o trabalho terceirizado no setor de transporte rodoviário na indústria extrativa mineral em Parauapebas/PA. Dissertação de Mestrado ICH/UNIFESSPA, Marabá, 2014.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BORGES, Cèlia. R. C. **Através do Brasil: taylorismos, fordismos e toyotismos.** Tese de doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2004.

BORON, Atílio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, (1994).

CARDOSO, Adalberto M. **A década neoliberal: e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

COSTA, Márcia da Silva. **Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no brasil**. São Paulo, Editora: Fundação Getúlio Vargas, 2003. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/raeel/v2n2/v2n2a10.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.

GRAMSCI, A; BORDIGA, A. Conselhos de fábrica. São Paulo: Brasiliense, 1981

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere, vol. 4.** edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3.ed.rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1992.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2010.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo: Acumulação por Espoliação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HEBETTE, Jean. Cruzando Fronteira: 30 anos de campesinato na Amazônia. EDUFPA Belém PA. 2004.

HOBSBAWM, E. J. **A era do capital** – **1848-1875**. Trad. Luciano Costa Neto. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**; tradução de Reginaldo Di Piero. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUXEMBURGO, Rosa. **Greve de Massas, Partido e Sindicatos**. Coimbra: Centelha, 1974.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social. Revista de Sociologia. São Paulo, USP, 8(1):25-70, maio de 1996.

MARX, K. (1974). **O Capital: crítica da economia política**. 5 volumes. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

MARX, Karl. **O papel econômico imediato dos sindicatos** (**I**). In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008a.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A reinvenção solidária e participativa do Estado**. Ministério da Administração e Reforma do Estado. São Paulo, 1998.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. 19ª Ed; Rio de Janeiro: Record, 2010.

TROTSKY, Leon. **Os Sindicatos na Época da Decadência Imperialista**. In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008a.

ZANETTI, Lorenzo. **O "NOVO" NO SINDICALISMO BRASILEIRO: CARACTERISTICAS, IMPASSES E DESAFIOS**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993

DOCUMENTOS CONSULTADOS

ANUÁRIO MINERAL DO PARÁ. Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará, Belém/PA, 2013.

BRASIL, Departamento Nacional de Produção Mineral. Economia mineral do Estado do Pará, 2011.

BRASIL, Justiça do Trabalho. Sentença de conhecimento -Processo Nº 0068500-45.2008.5.08.0114. Parauapebas/PA. 2009.

DIEESE. Jornada reduzida em turno de revezamento: um direito ameaçado. Estudos e

pesquisa, 2013.

ENTREVISTAS

BATISTA, Antônio Roberto. Entrevista Oral [gravada] realizada por Edilson da Silva Gondim. Parauapebas, 10 junho. 2015. 31 min.

COSTA, Jorge Silva . Entrevista Oral [gravada] realizada por Edilson da Silva Gondim. Parauapebas, 10 janeiro. 2013. 42 min.

GONÇALVES, Saulo da Silva. Entrevista Oral [gravada] realizada por Edilson da Silva Gondim. Parauapebas, 25 fevereiro. 2015. 41 min.

OLIVEIRA, Domingos Brito. Entrevista Oral [gravada] realizada por Edilson da Silva Gondim. Parauapebas, 10 janeiro. 2015. 33min.

SANTANA, Eduardo Pereira. Entrevista Oral [gravada] realizada por Edilson da Silva Gondim. Parauapebas, 10 janeiro. 2015. 31 min.

SOUZA, Maurício Rodrigue. Entrevista Oral [gravada] realizada por Edilson da Silva Gondim. Parauapebas, 15 de março. 2015. 33min.

TEIXEIRA, Anísio. Entrevista Oral [gravada] realizada por Edilson da Silva Gondim. Parauapebas, 10 janeiro. 2015. 54 min.